

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO**  
**MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA**

**VILLAR FERNANDO PEREIRA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:  
O COSIF COMO INSTRUMENTO PARA OTIMIZAÇÃO DA  
ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS.**

**FECAP - Biblioteca**  
Av. da Liberdade, 532 - SP  
(11) 3272-2282 / 2251

Dissertação apresentada ao Centro  
Universitário Álvares Penteado –  
UNIFECAP, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em  
Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Orientador: Prof. Dr Francisco Carlos Fernandes

d657.8  
P436c  
v. 2

44326

**FECAP-BIBLIOTECA**  
**AV. DA LIBERDADE, 532**  
**SP**

**São Paulo**

**2.003**

**U**  
**d**  
**657.8**  
**P436c**  
**2003**  
**Ex.2 BC**

N.Cham. d 657.8 P436c 2003  
Autor: Pereira, Villar Fernando  
Título: Uma contribuição à administração



Ex.2 BC U

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-Graduação: Profª Drª Maria Sylvia Macchione Saes

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Prof. Dr. Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof. Dr. João B. Segreti

## FICHA CATALOGRÁFICA

P436c      Pereira, Villar Fernando.  
Uma contribuição à administração pública municipal: O cosif  
como instrumento para otimização do imposto sobre serviços das  
instituições financeiras bancárias. / Villar Fernando Pereira - São  
Paulo: UniFecap, 2003  
168p.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Álvares  
Penteado – UniFecap – Mestrado em Controladoria e  
Contabilidade Estratégica.

1. Issqn 2. Cosif 3. administração pública

**CDD 657.8**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**VILLAR FERNANDO PEREIRA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:  
O COSIF COMO INSTRUMENTO PARA OTIMIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO  
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS.**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

**COMISSÃO JULGADORA:**

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira  
Faculdade de Economia e Administração – FEA-USP

---

Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias  
Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes  
Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP  
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

**São Paulo, 09 de junho de 2003**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me deu esse caminho, sobre qual procurarei ser merecedor de tão grande dádiva com humildade e alegria.

Ao Professor Doutor João Bosco Segreti que realizou a entrevista no meu ingresso a esta Instituição, ministrou a minha primeira aula no Mestrado e demonstrou o grande passo que realizei em minha vida.

Ao Professor Doutor Francisco Carlos Fernandes que além da orientação na dissertação é modelo de mestre e companheiro a ser seguido.

Aos professores Antonio da Silveira, Milton Gomes Pacheco e Ricardo Lenzi Tombi que na graduação foram fonte de inspiração para a área acadêmica e posteriormente, amigos de valor inestimável.



"Necessitando um príncipe, pois, saber bem empregar o animal, deve deste tomar como modelos a raposa e o leão, eis que este não se defende dos laços e aquela não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Aqueles que agem apenas como o leão, não conhecem a sua arte".

**Nicoló Macchiavelli - O Príncipe**

## RESUMO

Esta dissertação visa demonstrar que o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) é um instrumento para a otimização da arrecadação do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (um dos maiores componentes da receita própria dos Municípios), através da fiscalização do imposto das instituições financeiras bancárias (contribuintes de grande importância para os Municípios quanto ao volume financeiro) dos municípios-sede. Outrossim, ele busca demonstrar que este instrumento pode dirimir as discussões judiciais ocorridas entre o sujeito ativo (Prefeitura Municipal) e o sujeito passivo (instituição Financeira) quanto a quais serviços devem ser tributados ou não.

## **ABSTRACT**

This thesis intend to demonstrate that COSIF – National Financial System Institutions Accounting Plan is the ideal tool to increase the tax collection's basis of ISSN – Tax on Any Sort of Services (one of the Municipal Districts own revenues' largest components) from the banking financial institutions, the major taxpayers (regarding to the financial amount) of the main districts. It also seeks to point out that the same tool can make happen some decreases on the judicial discussions occurred between the active subject (local government) and the passive subject (financial institution) regarding to which services should be taxed or not.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa de apuração do ISS para as instituições financeiras em uso na Prefeitura Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo. ....	17
Figura 2.	Mapa de apuração do ISS para as instituições financeiras em uso na Prefeitura Municipal de Valinhos. ....	18
Figura 3.	Participantes do Sistema Financeiro Nacional.....	70
Figura 4.	Esquematização da prestação de serviços. ....	85
Figura 5.	Notificação preliminar para início de fiscalização do ISS em uso na Prefeitura Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo. ....	88
Figura 6.	Demonstração das contas de resultado credoras conforme o COSIF...	94

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1. Participação da arrecadação do imposto sobre serviços na receita própria total nos últimos cinco anos no Município de Valinhos, Estado de São Paulo. .... 21
- Gráfico 2. Participação da arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras na arrecadação total do imposto nos últimos cinco anos das instituições financeiras sediadas no Município de Valinhos-SP. .... 23
- Gráfico 3. Demonstração da participação das rubricas no total da Receita Corrente do Município do Rio de Janeiro de 1995 a 2000. .... 25
- Gráfico 4. Comportamento do recolhimento do imposto sobre serviços das instituições financeiras sediadas no Município de Valinhos, Estado de São Paulo, nos últimos cinco anos. .... 96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Arrecadação do imposto sobre serviços e a arrecadação total da receita própria nos últimos cinco anos no Município de Valinhos, Estado de São Paulo, em reais. ....	21
Tabela 2.	Arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras e o total do imposto arrecadado nos últimos cinco anos no Município de Valinhos, Estado de São Paulo, em reais. ....	22
Tabela 3.	Participação das rubricas no total da Receita Corrente do Município do Rio de Janeiro de 1995 a 2000. ....	24
Tabela 4.	Instrumentos legais utilizados para instituir os serviços sujeitos ao ISS. ....	60
Tabela 5.	Estrutura básica do COSIF.....	79
Tabela 6.	Alíquotas do imposto sobre serviços de diversos municípios paulistas no ano de 2003 dos itens 95 e 96 da lista de serviços. ....	89
Tabela 7.	Comportamento da arrecadação do imposto sobre serviços nos últimos cinco anos das instituições financeiras sediadas no Município de Valinhos-SP, em reais. ....	95
Tabela 8.	Quadro analítico das Rendas de outros Serviços.....	98
Tabela 9.	Quadro analítico das Rendas de Financiamentos.....	101
Tabela 10.	Quadro analítico das Outras Receitas Operacionais.....	102

Tabela 11. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco Itaú S/A relativo ao ano de 2000. ....	104
Tabela 12. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco do Estado de São Paulo S/A relativo ao ano de 1998. ....	105
Tabela 13. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco HSBC BANK Brasil - Banco Múltiplo relativo ao ano de 2000. ....	106
Tabela 14. Modelo recomendado para a fiscalização do Imposto sobre Serviços das instituições financeiras bancárias.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN (BC)	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Nacional
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ISS (ISSQN)	Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão "Intervivos"
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUMOC	Superintendência de Moeda e Crédito



## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>13</b>
<b><u>1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL</u></b>	<b>27</b>
1.1 <u>Controle, planejamento e orçamento</u>	27
1.2 <u>Receita própria</u>	35
1.3 <u>Gestão financeira</u>	45
<b><u>2 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS</u></b>	<b>51</b>
2.1 <u>Origem do imposto e conceituação de serviços</u>	51
2.2 <u>Conceito de serviços</u>	54
<b><u>3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL</u></b>	<b>62</b>
3.1 <u>Evolução</u>	62
3.2 <u>Participantes e autoridades monetárias</u>	69
<b><u>4 CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</u></b>	<b>75</b>
4.1 <u>Procedimentos estabelecidos pelo COSIF</u>	77
<b><u>5 A FISCALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</u></b>	<b>84</b>
5.1 <u>Incidência</u>	84
5.2 <u>Taxatividade da lista de serviços</u>	90
5.3 <u>Tarifas bancárias</u>	93
5.4 <u>Análise de algumas receitas bancárias</u>	96
<b><u>CONCLUSÕES</u></b>	<b>108</b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	<b>111</b>
<b><u>ANEXO A - LISTA DOS SERVIÇOS SUJEITOS AO ISSQN</u></b>	<b>115</b>
<b><u>ANEXO B - FUNÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO CREDORAS</u></b>	<b>125</b>
<b><u>ANEXO C - LEGISLAÇÃO E ALTERAÇÕES DO COSIF</u></b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

As empresas públicas, em especial as prefeituras municipais, têm a necessidade de otimizar a sua arrecadação, não obstante sua função social quanto a infraestrutura básica de água, esgoto, educação, saúde e segurança para seus munícipes.

A receita própria tem um potencial de crescimento que varia de um município para outro, mas que muitas vezes é explorada aquém das possibilidades, principalmente nas cidades de pequeno porte, onde os servidores municipais do setor de fiscalização geralmente não têm o treinamento adequado para a execução de suas funções e nem ao menos acesso a outros profissionais ou a outros instrumentos indispensáveis para sua atualização técnica.

O *Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)* é uma das receitas mais prejudicadas, pois além da falta de treinamento dos fiscais, da transferência de informações entre as administrações públicas a disciplina legal deste imposto é atribuição constitucional do município, explicitada no Código Tributário Nacional e posteriores alterações, notadamente pela Lei Complementar nº 56/87. O que equivale dizer que a lei municipal que cria o imposto de serviços local há de se ater às determinações da lei complementar citada.

Exemplo típico deste fato é a fiscalização das instituições financeiras, organizações que sofrem diariamente as mutações da globalização e desta forma criam novos produtos dificultando a adaptação da legislação aos inéditos serviços prestados.

## Estrutura do trabalho

Esta dissertação analisa a aplicação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Nacional (COSIF) como instrumento na fiscalização do imposto sobre serviços das instituições financeiras bancárias para a otimização de sua arrecadação, sua estrutura é composta de sete capítulos:

Na *introdução*, abordou-se a definição do problema, a hipótese, a justificativa, o objetivo e a metodologia do estudo.

No *primeiro capítulo*, conceituou-se a administração financeira municipal, a sua gestão, o controle e planejamento, como também se analisou as suas rendas.

No *segundo capítulo*, procedeu-se ao estudo do imposto sobre serviços, quanto a sua origem e evolução no Brasil, a conceituação de serviços, o alcance do imposto, as alíquotas e a base de cálculo e a lei complementar que define a sua incidência.

No *terceiro capítulo*, analisou-se o Sistema Financeiro Nacional, ambiente onde operam as instituições financeiras bancárias, a origem e evolução no Brasil, as principais autoridades e as instituições propriamente ditas.

No *quarto capítulo*, apresentou-se o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) quanto ao estabelecimento de procedimentos e seus critérios de avaliação e apropriação contábil.

No *quinto capítulo*, foi abordada a fiscalização do imposto sobre serviços nas instituições financeiras bancárias, as divergências atuais sobre a incidência do

imposto, a questão da taxatividade da lista de serviços e a análise da contas bancárias.

Na *conclusão*, têm-se o resultado final sobre o estudo e recomendações a futuros trabalhos correlatos e, por fim, as referências bibliográficas consultadas.

## **Problema**

As instituições bancárias desenvolvem dois tipos de atividades: as principais: operações de crédito e câmbio sujeitas ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e, as secundárias: prestações de serviços alheios ao âmbito financeiro e sujeitas à taxaçoão do imposto sobre serviços. Ao contrário das listas anteriores<sup>1</sup>, a atual prevê dois itens específicos para a tributação dos bancos – 95 e 96, o que não impede, contudo, onerar as demais atividades eventualmente praticadas e que possam ser enquadradas em outros itens determinados pela lista de serviços tributáveis.

A cobrança do imposto sobre serviços é importante para o município, pois fazendo parte da sua receita própria não tem nenhum vínculo com gastos pré-estabelecidos. As agências bancárias sediadas em pequenos municípios têm grande importância como contribuinte em termos de volume de arrecadação deste imposto. É, portanto necessária a sua cobrança correta para que o município possa realizar inclusive seu orçamento de forma correta.

---

<sup>1</sup> Listas de Serviços anexas à legislação que disciplina o ISSQN. Foram editadas quatro listas até a presente data.

Deve-se ainda lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>2</sup> e a Lei dos Crimes contra as Finanças Públicas<sup>3</sup> obrigam o administrador público a impedir a evasão de receitas sob a sua tutela o que se pode dizer que é sua obrigação a melhor definição para a arrecadação municipal.

A cobrança do imposto sobre serviços das instituições financeiras é um problema complexo, que gera disputas judiciais inclusive porque estes contribuintes apresentam em suas atividades grande desenvolvimento tecnológico e criam mais e mais produtos, enquanto os municípios não dispõem de profissionais treinados para efetuar este tipo de fiscalização e ainda devem seguir uma legislação federal que padece de atualização.

Constatou-se que os controles sobre o levantamento do valor arrecadado enviados pelas instituições são simples relatórios que constam apenas o título do serviço, o valor acumulado no período e o imposto a recolher na maioria dos municípios pesquisados o recolhimento do imposto sobre serviços das instituições financeiras é declarado em impresso próprio, no qual o contribuinte declara a receita e o imposto como se verifica na Figura 1:

Figura 1: Mapa de apuração do ISS para as instituições financeiras em uso na Prefeitura Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo.

---

<sup>2</sup> Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000.

<sup>3</sup> Lei n. 10.028 de 19/10/2000.



# Prefeitura Municipal de Vinhedo

ESTADO DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DO PREFEITO

<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VINHEDO</b> <b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b> <b>SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO</b>			
<b>MAPA DE APURAÇÃO DO ISS - MAISS</b>			
<b>IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OU ASSEMBLHADAS</b>			<b>Nº</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>MÊS</b>	<b>Nº NO CGC</b>	<b>Nº NO CM</b>
<b>FIRMA OU RAZÃO SOCIAL</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA OU DEPENDÊNCIA</b>			
<b>CÓDIGO DA AGÊNCIA</b>			
<b>LOCAL DE ATIVIDADE</b>			
<small>AV. AVENIDA, ETC</small>			<small>NÚMERO</small>
<small>ANDAR, QUARTO, TORRÃO, ETC</small>	<small>CEP</small>	<small>LADRÃO</small>	<small>TELEFONE</small>
<b>DESDOBRAMENTO DA RECEITA TRIBUTÁVEL PELO ISS</b>			
<b>SERVIÇOS TRIBUTADOS</b>	<b>RECEITA DO PERÍODO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>ISS A RECOLHER</b>
<b>TOTAIS</b>			
<b>CARIMBO DE RECEPÇÃO</b>		<b>A PRESENTE DECLARAÇÃO É EXPRESSÃO DA VERDADE</b>	
<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 100%;"></div>		<small>DATA</small>	
		<small>NOME, R.G. DO ASSINANTE</small>	
		<small>ASSINATURA</small>	
(Nome, endereço, e os números de inscrição, no CM, estadual e no CGC(MF), do impressor da demonstração, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da última demonstração impressa, e o número da autorização para impressão de documentos fiscais).			


Formato 210 x 297 mm

MODELO 15

Fonte: Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Vinhedo.

Também na Prefeitura Municipal de Valinhos constatou-se que o corpo de fiscais destas prefeituras não tem o conhecimento necessário para proceder a uma verificação sobre a correta base de cálculo nestas instituições. A Figura 2 mostra um impresso nos mesmos moldes utilizado na Prefeitura Municipal de Valinhos no controle do imposto sobre serviços das instituições financeiras:

Figura 2: Mapa de apuração do ISS para as instituições financeiras em uso na Prefeitura Municipal de Valinhos.

 <b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS - SP</b> SECRETARIA DA FAZENDA DEPARTAMENTO DA RECEITA Seção de Fiscalização				CARIMBO DO BANCO	
MAPA DE APURAÇÃO DO I.S.S. ( Decreto Nº 3661/91 )					
BANCO				AGÊNCIA	
DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁVEIS PELO I.S.S.Q.N.					
OR-DEM	SERVIÇOS TRIBUTADOS	CÓD. SER.	MOVIMENTO ECONÔMICO	ALIQ.	ISS A RECOLHER
01	COBRANÇAS			10%	
02	RECEBIMENTO			10%	
03	TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS			10%	
04	EMIÇÃO DE CHEQUE ADMINISTRATIVO			10%	
05	FORNEC. TALÃO DE CHEQUES			10%	
06	DEVOLUÇÃO DE CHEQUES			10%	
07	EMIÇÃO/RENOVAÇÃO CARTÃO MAGNÉTICO			10%	
08	CONSULTAS/RETIRADAS EM TERMINAIS			10%	
09	CONSULTAS EM TERM. ELETRÔNICOS			10%	
10	PAGTO. 1º POR CONTA DE TERCEIROS			10%	
11	ELABORAÇÃO FICHA CADASTRAL			10%	
12	ALUGUEL DE COFRES			10%	
13	FORN. DE 2ª VIA EXTRATOS			10%	
14	EMIÇÃO DE CARNÊS			10%	
15	TRANSPORTE DE VALORES			10%	
16	ADM. DE BENS E NEGÓCIOS			10%	
17	REEMBOLSO DE DESP. COM PROTESTO			10%	
18	REEMBOLSO S/ FORN. FORMULÁRIO			10%	
19	OUTROS			10%	
TOTAIS RS				10%	
ASSUMO INTEIRA RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DOS DADOS FORNECIDOS					
DADOS DO INFORMANTE				MÊS E ANO DA INCIDÊNCIA	
Nome completo:					
RG Nº:					
CPF Nº:					
Carimbo e Assinatura do Representante Legal				Data recolhimento do I.S.S.Q.N.	
OBS.: Este documento deve ser preenchido à máquina, sem rasuras, borrões ou corretivos e deverá ser entregue a Seção de Fiscalização até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. A critério da Instituição Financeira o referido documento poderá ser preenchido por meios eletrônicos, obedecendo os dados aqui estabelecidos.					

Fonte: Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos.

A situação se agrava pelo fato de que na maioria das vezes este corpo de fiscalização é composto por servidores que não tem nem ao menos nível universitário, e muitas vezes quando têm formação universitária, a mesma não é em ciências contábeis, administrativas ou econômicas, o que facilitaria a compreensão das informações contábeis prestadas por estas instituições.

Por meio deste estudo também foi possível acompanhar a discussão sobre quais são as receitas que devem ser tributadas por este imposto. Esta discussão entre sujeito ativo (Prefeitura Municipal) e sujeito passivo (Instituições Financeiras Bancárias) vem se acumulando nos tribunais há anos, ocorrendo decisões favoráveis às duas partes, mas sem nenhuma conclusão prática e clara sobre qual a forma ideal de se obter a base de cálculo deste serviço nesta atividade. Desta forma pode-se definir o problema da seguinte forma:

***Como otimizar a arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras bancárias sediadas nos municípios provendo a administração financeira municipal de maior eficácia na fiscalização?***

### **Hipótese**

A hipótese testada foi estudar a influência da variável independente uso do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) na variável dependente otimização da arrecadação através da fiscalização do imposto sobre serviços nas instituições financeiras bancárias.



Foi formulada a respeito, a hipótese nula e alternativa:

$$\text{Hipótese nula: } H_0 : \mu_{\text{uso do COSIF}} \neq \mu_{\text{não uso do COSIF}}$$

**Se o uso do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) proporciona informações suficientes para otimizar a arrecadação do imposto sobre serviços nas instituições financeiras bancárias, então este é o instrumento correto para a fiscalização destes contribuintes.**

$$\text{Hipótese alternativa: } H_1 : \mu_{\text{uso do COSIF}} = \mu_{\text{não uso do COSIF}}$$

**Se o uso do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) não proporciona informações suficientes para otimizar a arrecadação do imposto sobre serviços nas instituições financeiras bancárias, então este não é o instrumento correto para a fiscalização destes contribuintes.**

### **Justificativa**

Com a Constituição de 1.988 ocorreu uma diminuição sensível nas transferências intergovernamentais para os municípios. A receita própria assumiu importância bem maior dentro das finanças públicas, uma vez que nela se encontra uma das poucas possibilidades de se incrementar a arrecadação, como pode observar sua importância no exemplo da Tabela 1 referente ao município de Valinhos:

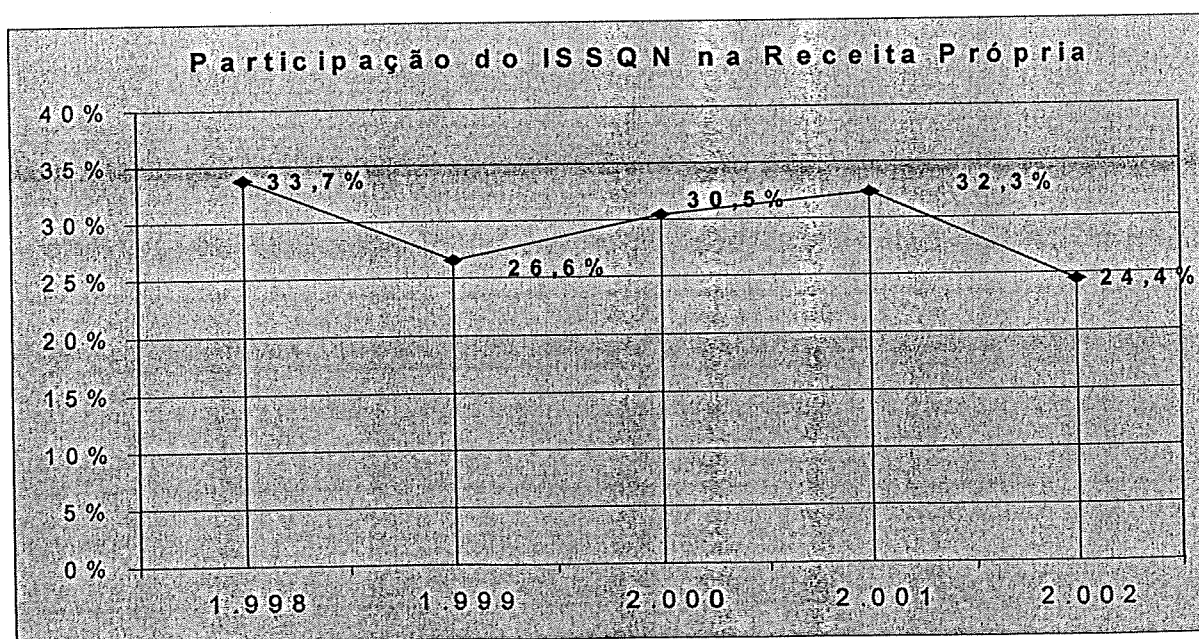
Tabela 1: Arrecadação do imposto sobre serviços e a arrecadação total da receita própria nos últimos cinco anos no município de Valinhos-SP, em reais.

Período	ISSQN	Receita própria	Participação
1.998	3.923.806	11.637.974	33,7%
1.999	3.123.927	11.732.497	26,6%
2.000	5.357.639	17.587.688	30,5%
2.001	5.676.940	17.601.430	32,3%
2.002	5.150.943	21.105.708	24,4%

Fonte: Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos

O Gráfico 1 aponta uma participação nos últimos anos de em torno um quarto da receita própria referindo-se ao imposto sobre serviços no município mencionado, o que significa uma importância considerável para o desenvolvimento econômico municipal:

Gráfico 1: Participação da arrecadação do imposto sobre serviços na receita própria total nos últimos cinco anos no município de Valinhos-SP.



Fonte: Secretária da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos

A arrecadação das instituições financeiras tem grande participação na arrecadação do imposto sobre serviços dos municípios, como pode ser verificado na Tabela 2 que demonstra esta participação no município de Valinhos:

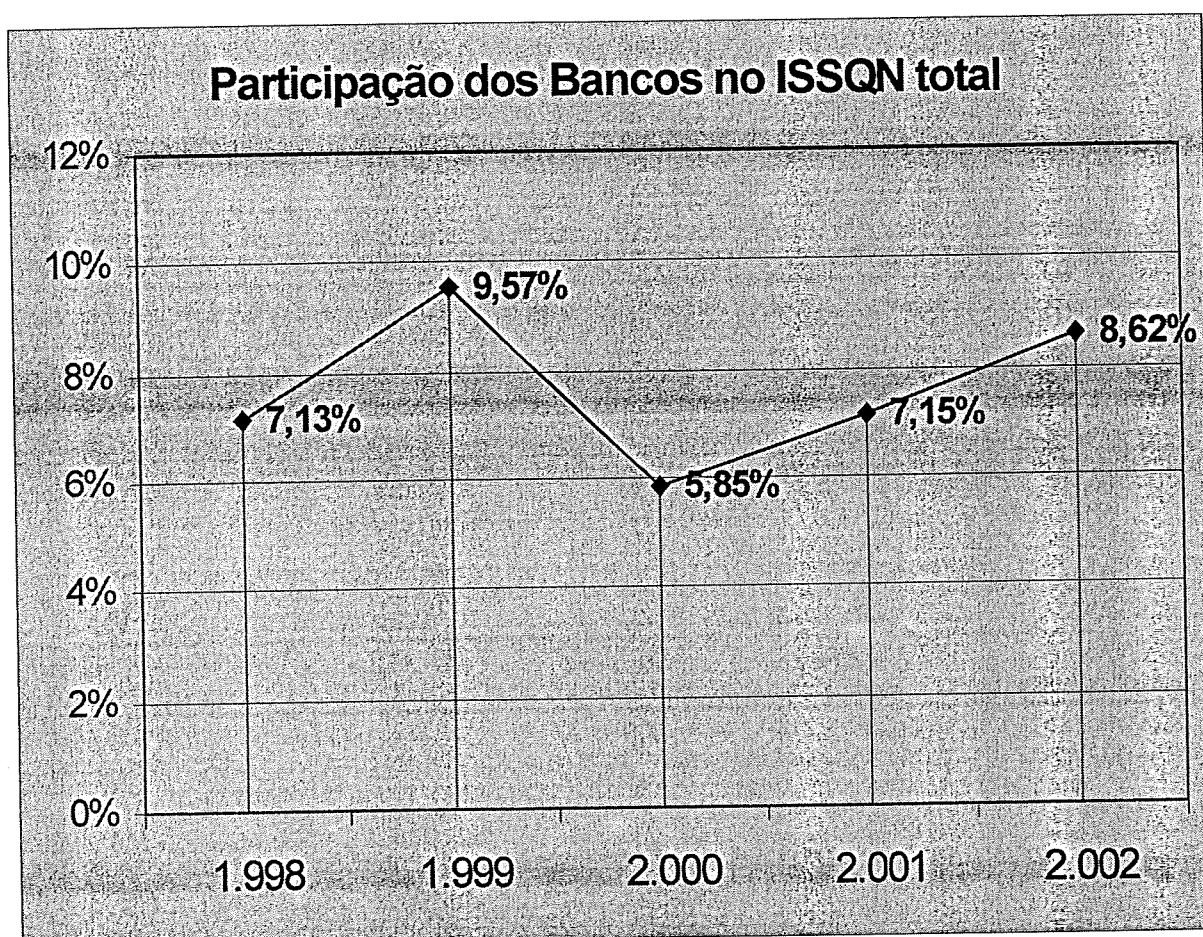
Tabela 2: Arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras e o total do imposto arrecadado nos últimos cinco anos no município de Valinhos, Estado de São Paulo, em reais.

<b>Período</b>	<b>Bancos</b>	<b>Total</b>
<b>1.998</b>	279.714	3.923.806
<b>1.999</b>	298.837	3.123.927
<b>2.000</b>	313.202	5.357.639
<b>2.001</b>	406.093	5.676.940
<b>2.002</b>	444.119	5.150.943

Fonte: Secretária da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos

Analisando-se o Gráfico 2 denota-se que a participação dos valores recolhidos pelas instituições financeiras referente ao imposto sobre serviços referente a seus serviços prestados no município de Valinhos em relação à arrecadação total deste imposto vem crescendo nos últimos anos após uma queda no ano de 2000:

Gráfico 2. Participação da arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras na arrecadação total do imposto nos últimos cinco anos das instituições financeiras sediadas no município de Valinhos-SP.



Fonte: Secretária da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos

Este crescimento aponta para a importância das instituições financeiras nos municípios de pequeno e médio porte (em termos de arrecadação). Nestes municípios o total da arrecadação bancária é geralmente superior a arrecadação da maioria das empresas prestadoras de serviço, de empresas comerciais (com relação a serviços prestados em complementação a venda de produtos) e até de pequenas indústrias, que também prestam serviços.

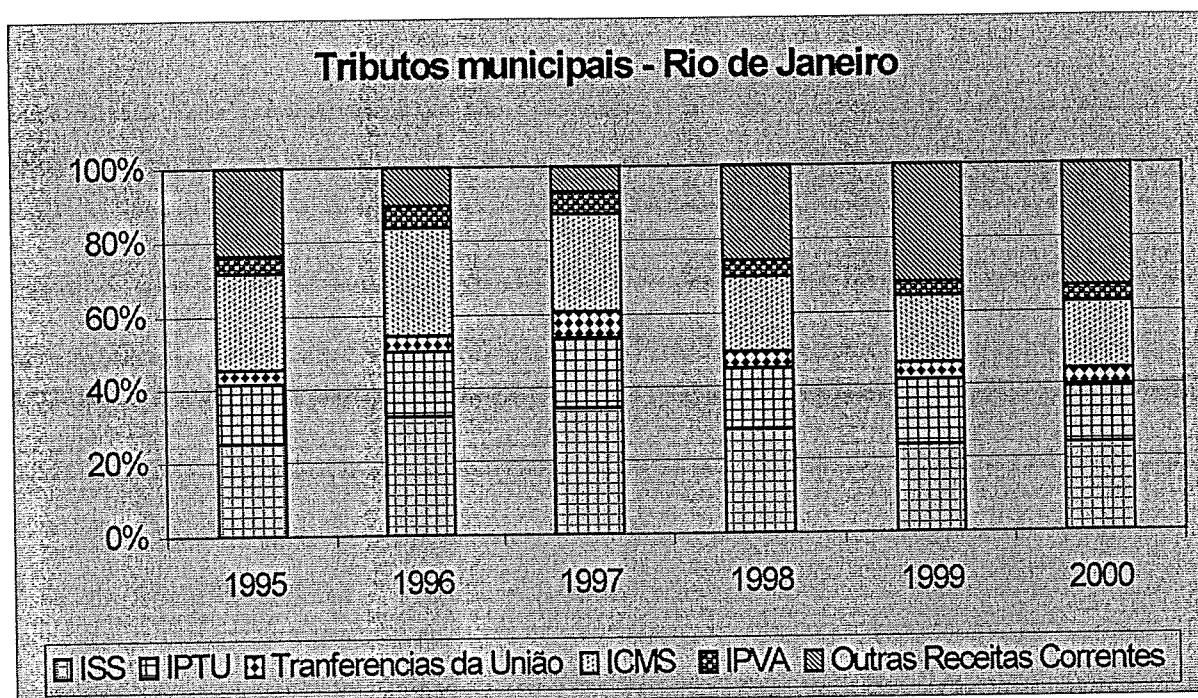
A Tabela 3 e o Gráfico 3 corroboram na demonstração da importância do imposto sobre serviços na receita própria até mesmo de grandes municípios como é o caso da cidade do Rio de Janeiro:

Tabela 3: Participação das rubricas no total da Receita Corrente do município do Rio de Janeiro de 1995 A 2000.

<b>Rubricas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Tributos municipais	50,06	57,40	61,19	52,64	46,93	44,85
ISS	21,63	27,60	28,86	24,49	21,53	21,91
IPTU	14,01	15,22	15,97	14,31	16,37	14,50
Transferências Correntes	29,69	33,70	33,04	25,10	24,00	24,70
Transferências da União	3,27	3,82	6,02	3,86	4,05	4,12
ICMS	22,39	24,81	22,05	17,55	16,74	16,68
IPVA	4,03	5,06	4,97	3,68	3,22	3,91
Outras Receitas						
Correntes	20,25	8,91	5,77	22,26	29,07	30,44

Fonte: ALMEIDA E SILVA, Francisco de. ROCHA, Fábio Guimarães. *Modelos de previsão de arrecadação do ISS*. IBAM MUNICÍPIOS. Revista de administração municipal n. 236 Ano 47. São Paulo: IBAM, agosto de 2002.

Gráfico 3: Demonstração da participação das rubricas no total da Receita Corrente do município do Rio de Janeiro de 1995 a 2000.



Fonte: ALMEIDA E SILVA, Francisco de. ROCHA, Fábio Guimarães. *Modelos de previsão de arrecadação do ISS*. IBAM MUNICÍPIOS. Revista de administração municipal n. 236 Ano 47. São Paulo: IBAM, agosto de 2002.

## Objetivo

Em um momento como o atual que cada vez mais os municípios vêm assumindo responsabilidades que antes eram de outras esferas de governo, e, principalmente, em um momento onde as Administrações Municipais estão sendo cobradas no sentido de melhorar seu desempenho, é fundamental que se tenha mais recursos e, portanto, que se implementem ações com o objetivo de buscar um aumento de arrecadação.

Não se trata simplesmente de propor aumento de tributos, mas sim de maneira justa e equilibrada, obter um incremento real das Receitas Próprias, através do imposto sobre serviços.

Este estudo busca através da pesquisa de elementos que possibilitem a fiscalização dos valores apresentados pelas instituições financeiras bancárias quanto aos serviços prestados e se propõe a:

***Demonstrar que se pode otimizar a arrecadação do I.S.S.Q.N. – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza das instituições financeiras bancárias através do uso do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) na fiscalização em complementação aos demonstrativos apresentados pelas instituições junto às Prefeituras Municipais.***

## **Metodologia**

Este estudo teve sua abordagem qualitativa, procurando aprofundar o máximo possível na matéria pesquisada e, dessa forma, procurar aprimorar o sistema de fiscalização de tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) nos municípios brasileiros.

Foram analisados os procedimentos de diversos municípios através de anos de consultoria na área tributária prestada a diversas prefeituras municipais, em especial no treinamento de servidores públicos na tributação e fiscalização deste imposto e participando de vários programas de fiscalização em municípios como:

Cuiabá – MT, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Morungaba, Espírito Santo do Pinhal, São Carlos e Vinhedo no Estado de São Paulo.

Nestes municípios foram verificados os procedimentos adotados pela maioria das instituições financeiras bancárias sediadas, das quais pode-se citar: Banco do Brasil S/A, Banco do Estado de São Paulo S/A, Banco Itaú S/A, Banco Real S/A, BRADESCO S/A, Caixa Econômica Federal, Nossa Caixa Nosso Banco e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A.

O propósito foi de uma avaliação formativa, ou seja, melhorar os controles existentes e estabelecer os critérios mais eficientes para a tributação. Também se baseou este estudo na referência bibliográfica sobre a administração municipal, o imposto sobre serviços, as instituições financeiras e sua contabilidade e o sistema de tributação.

## **1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL**

### **1.1 Controle, planejamento e orçamento**

Na administração pública municipal o Prefeito é a autoridade máxima, mas é o Secretário de Finanças ou da Fazenda que é responsável pelas finanças municipais, como afirmam Campello e Matias (2000:35):

*A administração financeira municipal é de responsabilidade de um secretário das finanças, ou da fazenda, denominado ordenador da despesa. Essa denominação é utilizada, pois o secretário das finanças é o agente administrativo responsável pela liberação de despesas, ou seja, é ele quem autoriza ou não a realização de uma despesa.*



Campello e Matias (2000:35) consideram duas as funções básicas do Secretário de Finanças ou da Fazenda, tendo como base as entradas e saídas de numerários:

*As funções básicas do administrador financeiro na administração municipal podem ser classificadas como:*

- *Acompanhar e interferir na arrecadação das receitas.*
- *Autorizar e realizar o pagamento das despesas.*

Da mesma forma que a Contabilidade tem grande importância nas empresas privadas, ela tem papel expressivo no controle dos atos praticados pela administração pública privada como afirma Angélico (1995:128):

*Os atos praticados e os fatos ocorridos na administração pública são registrados pela Contabilidade de forma minuciosa, dia a dia, caso por caso, em rigorosa ordem cronológica e sistemática. Qualquer que seja o nível do governo a que pertença a entidade pública ela terá, obrigatoriamente, livros especiais para registro das receitas, especificando os impostos, as taxas e as contribuições, individualizando os contribuintes, os valores recebidos de cada um e o período de referência; da mesma forma as despesas orçamentárias são objeto de minuciosa especificação e seu processamento rigorosamente controlado em todas as suas fases. Também as receitas e as despesas extra-orçamentárias serão escrituradas com indicações completas do nome do interessado, motivo do pagamento ou recebimento, valor, data, quitação etc.*

Também Campello e Matias (2000:66) discorrem sobre a importância da contabilidade na administração pública e nas funções do administrador financeiro:

*A natureza do trabalho desenvolvido pelo administrador financeiro requer que este possua conhecimentos de diversas áreas, notadamente em administração, contabilidade e economia. Apesar das funções exercidas serem basicamente de caráter administrativo, as interfaces com as demais áreas são continuamente requeridas.*

*A interface com a contabilidade é relacionada aos procedimentos e contabilização das receitas e das despesas, além da avaliação e controle dos*

*elementos patrimoniais. Todos os documentos e relatórios são elaborados com base nos princípios contábeis e nas especificações da contabilidade pública. Essa ciência é imprescindível como fonte de dados e informações, pois se comunica com todas as áreas e órgãos da administração, formando a base de dados requerida para apoio às decisões.*

O orçamento é a peça mais importante da administração de um município, pois nele estão contidas todas as propostas e compromissos do executivo para com a população durante o período de um ano.

A FGV/EAESP (2000) faz um resumo sobre o orçamento público e demonstra sua importância como ferramenta de controle e planejamento:

*No orçamento estão previstos os recursos que deverão ser gastos com pagamento de pessoal, manutenção da cidade, serviços sociais e com novos investimentos em obras. Ele tem que comprometer receitas suficientes para permitir que sejam executadas essas despesas, mas na realidade, os orçamentos são, em geral, verdadeiras peças de ficção. Trata-se de um grande volume de números pouco conhecidos, por vezes irreais e de difícil compreensão, tanto pela população, quanto pela própria Câmara Municipal, responsável pela sua aprovação, e muitas vezes até pelo próprio prefeito. Poucas pessoas da burocracia estatal o compreendem perfeitamente.*

Deve-se atentar à importância da previsão das receitas na administração pública, pois sua totalidade será o orçamento que o Prefeito terá para executar as obras públicas e custear a máquina. A este respeito Angélico (1995:19) expressa grande preocupação:

*O cálculo da receita a ser arrecadada no exercício seguinte constitui um trabalho relevante e de responsabilidade, pois a receita orçamentária representa uma importante fonte de recursos para a realização dos programas de trabalho – atividades e projetos – traçados pelo chefe do Poder Executivo.*

Angélico (1995:19) também dá grande ênfase à estimativa da receita para uma administração eficiente do município:

*A estimativa da receita não é uma ciência, nem pode ser tratada como profecia. Muitos são os fatores que envolvem a análise e a mensuração da receita futura. A tarefa é árdua e os resultados são considerados sempre em nível de aproximação. O problema agrava-se nos países de moeda instável.*

A receita municipal é o conjunto de recursos financeiros que entra para os cofres locais, fazendo face às despesas. Angélico (1995:26) explica que estes recursos serão controlados através da contabilidade sob o título de receita prevista:

*A receita que se espera arrecadar, conforme já estudamos, se denomina receita prevista ou receita estimada ou, ainda receita orçada. As três expressões são equivalentes. Elas figuram no orçamento público devidamente discriminadas e codificadas segundo as categorias econômicas, fonte, subfontes e rubricas estatuídas pelo Anexo nº 3, da Lei Federal nº 4.320/64.*

Para crescer a receita é importante que haja mais clareza em relação ao orçamento. Que a população saiba quais os planos a serem executados e qual o custo dessa execução. Para tanto, é necessário que a população discuta com o poder público os programas previstos e as suas prioridades que, muitas vezes, não tem oportunidade de manifestar.

O orçamento pressupõe casamento entre receitas e despesas. Deve conter os compromissos de despesas previstas para serem executadas. Esses compromissos têm um volume de recursos que devem ser iguais ao volume de receita prevista. Nesse volume, existem as receitas próprias e as transferidas e, raramente, quase inexistentes, empréstimos que podem vir do governo federal, estadual ou do sistema financeiro.

Normalmente, o que se pode prever como certo são as transferências constitucionais, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - estadual (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios – federal (FPM). Essas transferências podem ser razoavelmente estimadas, aproximando-as ao montante do ano anterior.

Supondo-se que essas transferências somem um valor inferior ao valor previsto para ser gasto com as despesas, a diferença deveria ser coberta com a receita própria municipal, tributária e não tributária. Nas receitas tributárias temos os impostos, as taxas e as contribuições; nas não tributárias temos multas, correção monetária, juros, preços públicos e receita financeira. Além disso, existe a cobrança da dívida ativa tanto tributária como não tributária.

Essa distinção entre receita e renda é fundamental para o município, entre outras coisas, porque a Constituição da República só lhe garante autonomia na aplicação de suas rendas<sup>4</sup>, de modo que a utilização de outros recursos que integram a sua receita pode ser condicionada a pagamentos de despesas pré-estabelecidas.

É o caso, por exemplo, da quota do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que deve ser aplicada em programas elaborados com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo<sup>5</sup>.

A FGV/EAESP (2000) aponta os três componentes mais importantes para a receita própria do município:

---

<sup>4</sup> Art 15, II, a.

<sup>5</sup> Constituição da República, art 225 p 1º, a.

*Nas receitas tributárias municipais, definidas pela Constituição, os impostos são basicamente o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" (ITBI), a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis. Esses três impostos são os que os municípios podem cobrar, devendo estabelecer as regras para a sua cobrança. Essas regras devem ser propostas pelo executivo e aprovadas pela Câmara Municipal.*

Os municípios têm muita dificuldade para cobrar impostos porque estes oneram a população. A aceitação desses impostos se dará na medida em que a população aprove a destinação desses recursos e entenda que eles estão sendo bem aplicados. Assim, é fundamental que fique bem claro na discussão do orçamento com a população, quanto a Prefeitura vai cobrar de IPTU, de ISS e de ITBI.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura cobra taxas, que correspondem à prestação de serviços de limpeza pública (varrição, coleta e remoção de lixo para o destino final), bem como à manutenção de vias e da iluminação pública, de anúncios, etc. Essas taxas, muitas vezes, são cobradas com valores muito inferiores ao seu custo que está previsto no orçamento. Conseqüentemente, acaba não existindo a prestação do serviço correspondente e a cidade fica numa situação ruim.

A contribuição que existe é a contribuição de melhoria que no Brasil é muito difícil de ser cobrada. A única cobrada, especialmente pelos médios e grandes municípios, é a contribuição de melhoria sobre a pavimentação, ou seja: quando a população resolve pela pavimentação de uma rua, a Prefeitura executa a obra e cobra da população um custo, normalmente inferior ao custo que teve.

A soma dos impostos, taxas e contribuição de melhoria mais as transferências e, se houver, os empréstimos, é o que constitui a receita da Prefeitura, ou melhor, a receita própria, que deve empatar com as despesas previstas no orçamento.

Outro ponto a considerar é o das prioridades que o orçamento contempla na sua aplicação de recursos. Muitas vezes as prioridades colocadas não são aquelas que a população reivindica. São colocadas de forma burocrática pelos técnicos que administram o orçamento ou pelos executivos que exercem cargos de responsabilidade e que avaliam o que é o melhor para a cidade. Podem ser coincidentes com o que o povo quer, ou não.

A FGV/EAESP (2000) aponta importância da discussão sobre o orçamento não só como controle, como também como resposta política:

*É muito importante que ocorra a discussão prévia do orçamento, para que, no final, a população envolvida torne-se mais responsável pelo pagamento dos tributos e pela fiscalização das realizações. Isso é mais fácil acontecer em pequenos municípios, onde as relações são mais próximas e são menores os espaços de circulação.*

Assim, é fundamental a participação da população na definição do orçamento, sem a qual dificilmente se vai conseguir a motivação necessária para a obtenção das receitas próprias, que são visíveis, claras de serem percebidas, porque cobradas pela Prefeitura, diferentes das transferências que se destinam à Prefeitura e que a população não percebe o quanto está pagando.

Dessa forma, para o crescimento da receita própria municipal, o ponto de partida correto é a discussão sobre o que deve ser feito na cidade. Colocados os valores necessários na proposta orçamentária, o passo seguinte é a aprovação por parte da Câmara Municipal dos projetos de lei tributários que possam garantir a

obtenção dessa receita própria suficiente para cobrir a diferença entre as necessidades e as transferências que vêm do estado e do governo federal.

Outro ponto no controle das finanças municipal e também desconhecido pela população é a importância da Câmara Municipal no processo de aprovação e realização do orçamento. É sua a última palavra na definição final do orçamento.

Conseqüentemente, pode mudar as prioridades estabelecidas pelo Executivo no orçamento, estabelecendo outras desde que não aumente a despesa total prevista na proposta orçamentária. O Legislativo pode fazer isso cortando despesas da proposta feita pelo Executivo e usando esses cortes em outros tipos de despesas tanto em atividades quanto em projetos. Pode também cortar receitas como IPTU, ITBI, taxas e ISS ao não aprovar as propostas dos projetos de reforma tributária propostos pelo Executivo.

É por essa razão que a população deve também exercer sua influência, principalmente sobre os vereadores, para que suas prioridades estejam contempladas e as receitas necessárias para executá-las também. Assim, não deve somente pressionar para que sejam aprovadas as despesas de seus interesses; é preciso, especialmente, garantir a viabilização das receitas tributárias e para isso é importante, principalmente, acompanhar a aprovação dos projetos de reforma tributária que permitirão a cobrança do IPTU, ISS, ITBI e taxas sem o que as despesas previstas podem não se realizar.

A Prefeitura, sabendo disso, deve se organizar de forma a dar transparência pública ao orçamento e às receitas tributárias para ganhar o apoio da população local e ter força política suficiente para garantir a aprovação do orçamento e dos

projetos de reforma tributária. Caso contrário, a Câmara Municipal pode frustrar todas as expectativas criadas pelas realizações previstas no orçamento.

## 1.2 Receita própria

Ocorre nessas organizações uma singularidade de relacionamento empresarial, pois os munícipes que são “*clientes*” da prefeitura municipal também são os contribuintes que as provêm financeiramente através do pagamento das taxas, contribuições e impostos.

Os tributos e os preços constituem as rendas municipais, que somados aos demais recursos conseguidos pelo município, fora de suas fontes próprias, formam a receita municipal, Meirelles (1979:4) conclui da mesma forma:

*O Município, como as outras entidades estatais, para realizar seus fins administrativos, ou seja, para executar obras e serviços públicos, necessita de recursos financeiros. Esses recursos, ele obtém usando de seu poder impositivo para a decretação de tributos, ou explorando seus bens e serviços, à semelhança dos particulares, mediante o pagamento facultativo de preços. Os tributos e os preços constituem as rendas municipais, que, somados aos demais recursos conseguidos pelo Município, fora de suas fontes próprias, formam a receita municipal.*

Na receita municipal incluem-se as rendas municipais e demais ingressos que o município receba, seja em caráter permanente, como os provenientes de participação no produto de tributos federais e estaduais, seja eventual, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades.



As rendas municipais constituem-se unicamente dos recursos financeiros obtidos através do poder impositivo do município<sup>6</sup> ou da utilização de seus bens e serviços remunerados pelos usuários ou adquirentes<sup>7</sup>. Campello e Matias (2000:69) apontam classificação adotada no Brasil, pela Lei nº 4.320/64:

*As receitas, segundo esta norma legal, classificam-se em receitas próprias e receitas de transferências.*

*As receitas próprias classificam-se em:*

- *Tributária: incluem-se nestas receitas os impostos, taxas e contribuições de melhoria.*
- *Patrimonial: refere-se 'as receitas advindas da exploração do patrimônio, incluindo juros, dividendos e aluguéis.*
- *Agropecuário e industrial: advindas da exploração e produção de bens industriais e agropecuários.*
- *Diversas: incluem-se nestas as multas e cobrança da Dívida Ativa.*

*As receitas de transferências classificam-se, ainda, em:*

- *Intragovernamentais: recursos oriundos da mesma esfera governamental. Nos Municípios esta categoria não é utilizada.*
- *Intergovernamental: recursos oriundos de outras esferas governamentais.*

Não se pode deixar de observar que o regime de caixa também é obedecido na administração pública, fato também enfatizado por Campello e Matias (2000:68).

### **Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)<sup>8</sup>**

O IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - é o segundo tributo em importância na receita tributária municipal representando 32%

---

<sup>6</sup> Tributos.

<sup>7</sup> Preços.

<sup>8</sup> Fonte: FGV/EAESP. *Manual de orientação para crescimento da receita própria municipal, 2000.*

dessa receita no país. Em 1993 representava apenas 19 % evidenciando-se assim a importância crescente desse imposto para a receita própria municipal.

O IPTU não é um imposto fácil de ser cobrado. Pressupõe que exista um mínimo de organização da Prefeitura para atualização do seu cadastro, retratando o que se passa realmente na cidade. É um imposto mal utilizado e mal cobrado no Brasil. Muito injusto, às vezes, porque não contempla as diferenças da capacidade de contribuição dos contribuintes. É muito comum descarregar muito peso do IPTU sobre quem não tem recursos e deixar aqueles que têm mais poder de contribuição sem pagar o que poderiam.

A tributação do IPTU tem como elementos básicos o cadastro, a base de cálculo (valor venal) e a alíquota. O produto do valor venal - obtido a partir dos dados cadastrais e dos valores de m<sup>2</sup> do terreno e da construção - pela alíquota é o que dá o montante do IPTU.

Os dados cadastrais dos imóveis são fundamentais para um perfeito lançamento do IPTU. Desde o nome do proprietário, o seu endereço, a localização do imóvel, até os elementos necessários à apuração do valor do imóvel - área do terreno e suas dimensões, área da construção, tipo, padrão e idade da construção.

A localização do imóvel e o endereço do contribuinte são imprescindíveis para que se faça uma correta notificação do lançamento do IPTU, sem o que haverá dificuldades para a cobrança do tributo, mormente se houver a necessidade de executar judicialmente a dívida. O lançamento estará incompleto sem a notificação precisa do contribuinte.

Por outro lado, os dados para a avaliação dos imóveis devem não só estar atualizados como, e principalmente, corretos. Esclarecendo: para que se apure o valor venal de acordo com a legislação em vigor, os elementos previstos em lei devem estar contemplados no cadastro de forma correta.

A idade do prédio, o tipo de construção, o padrão de acabamento, além das áreas de terreno e construída, entre outros, influem diretamente no valor venal do imóvel e, portanto, necessitam estar corretamente registrados no cadastro, sob pena do lançamento sofrer contestações por parte dos contribuintes com base em erros no cálculo desse valor.

Dessa forma, o cadastro, correto e atualizado, configura-se como elemento fundamental para uma melhoria na receita do IPTU e, ainda, como instrumento de política fiscal, na medida em que o conhecimento das características dos imóveis permitirá uma carga tributária compatível com a capacidade contributiva dos seus proprietários.

A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. O valor venal é o valor atribuído pela Prefeitura a cada imóvel da cidade, obedecidas as normas legais existentes. Se for uma casa, é o valor do terreno em que ela está situada, mais o valor da construção.

O valor do terreno é o valor do m<sup>2</sup> onde se situa o terreno vezes o número de m<sup>2</sup> do terreno e o valor da construção é o valor do m<sup>2</sup> do tipo de construção vezes o número de m<sup>2</sup> de construção. A construção pode ser de padrão desde simples até luxuosa. Essa variedade de padrões existe também para os demais tipos de construção além do residencial, tais como, o comercial e o industrial.

O que a grande maioria de prefeitos passou a fazer a partir de 1990 foi recuperar a receita do IPTU que já tinha tido um grande significado na década de 80 e que perdeu sua importância aos poucos. Já chegou a representar metade da receita própria municipal, quando no final dos anos 80 representava cerca de 10 a 20%. Atualmente vem representando cerca de 1/3 independentemente do tamanho do município. Isso equivale a R\$1,50 por habitante por mês, em valores de janeiro/98, como média para os municípios do interior.

Quanto à alíquota, pode ser progressiva, regressiva ou proporcional. Progressiva é aquela que cresce na medida que cresce o valor do imóvel. Proporcional é uma alíquota única, por exemplo, 1% do valor venal para todos os imóveis, não importa qual seja o seu valor. Regressiva é quanto maior o valor do imóvel, menor a alíquota. Hoje se discute se a alíquota deve ser proporcional ou progressiva. Muitos municípios acabaram cobrando alíquota progressiva, porque com isso faziam justiça fiscal, melhoravam a sua arrecadação e podiam diminuir o ônus da cobrança do IPTU sobre aqueles imóveis de menor valor.

É importante destacar que existe, de forma geral, nos municípios brasileiros, uma forte concentração do valor venal global da cidade num percentual reduzido de imóveis; assim, caso fosse possível aplicar alíquotas mais altas para esses imóveis, se teria um substancial crescimento da arrecadação desse imposto. Isso foi feito com grande sucesso em diversos municípios de 1989 até 1996 quando o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cobrança de IPTU progressivo prejudicando as vantagens que isso estava apresentando à maioria dos contribuintes e à arrecadação municipal.

Muitas Prefeituras cobram alíquotas diferentes de acordo com o tipo de imóvel (residencial, comercial, industrial e terreno). Em geral, a mais baixa é a residencial, em seguida a comercial e industrial, que normalmente são muito próximas ou às vezes até iguais e por último, o terreno. Esse tem uma alíquota maior como meio de estimular o proprietário a construir. Além do mais, o proprietário de um imóvel comercial ou industrial tem mais condições de pagar do que o proprietário de um imóvel residencial.

As alíquotas mais praticadas pelos municípios são: 1% para imóveis construídos e 2 ou 3% para os terrenos. É preciso frisar que não existem limitações para essas alíquotas, dependendo apenas de Lei Municipal para sua fixação.

É importante considerar essa realidade quando da elaboração de projetos de lei de implantação ou de alteração do IPTU, lembrando que, na tributação do IPTU, a decisão política se dá na definição da alíquota e a decisão técnica, no valor venal.

### **Imposto Sobre Transmissão “Intervivos” (ITBI)<sup>9</sup>**

O Imposto sobre Transmissão “intervivos” (ITBI) a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis representa 7% da receita tributária municipal no país. Antes de 1989 era cobrado pelo estado e repassada para os municípios metade do valor. Depois da Constituição de 1988, passou a ser de integral responsabilidade do município, ficando com os estados somente as transações “*causa mortis*”.

Apesar de ser da competência municipal há apenas dez anos é mais cobrado pelos municípios do que o IPTU, pois apenas 8,5% dos municípios não o cobram em

---

<sup>9</sup> Fonte: FGV/EAESP. Manual de orientação para crescimento da receita própria municipal, 2000.

comparação aos 10,6% que não cobram o IPTU. Nota-se, também que os valores cobrados por habitante por ano são bastante modestos, pois 44,0% dos municípios cobram menos do que R\$ 1,00. Em termos nacionais sua cobrança é de apenas R\$ 2,85 por habitante por ano.

Embora se tenha, ainda, uma modesta arrecadação, o que se observou no país todo, foi um grande crescimento da arrecadação do ITBI. Isso porque, o município sendo responsável, se empenhou em verificar se o valor de cada transação imobiliária era ou não próximo da realidade.

Era comum se fazer uma escritura por um valor muito inferior àquele da transação real. Assim, a pessoa comprava um imóvel por R\$50.000,00 declarava R\$10.000,00 na escritura e recolhia o imposto, que normalmente tem uma alíquota de 2%, sobre esse valor menor.

Na atual situação, as Prefeituras preocuparam-se em ter o valor correto do imóvel e com isso o valor venal passou a ser muito mais importante, não apenas para o IPTU, mas também para o ITBI, servindo a Planta de Valores para os dois impostos. Criava-se assim uma dupla utilidade para a Planta de Valores ao permitir o estabelecimento de valores venais de imóveis mais próximos da realidade.

É fácil para os pequenos municípios saber os imóveis que foram vendidos. Muitas vezes só há um cartório na cidade e sabendo-se o valor da escritura, a Prefeitura, através de sua fiscalização, pode controlar com razoável facilidade o volume e o valor das transações e cobrar o imposto mais adequadamente. Pode se estabelecer que, para a transação ser efetuada, é necessário antes o aval da Prefeitura sobre o seu valor. Até a escritura pode ser feita por um valor mais baixo,

porém a arrecadação se fará pelo valor venal como mínimo e assim se garante uma arrecadação razoavelmente importante e fácil de ser fiscalizada.

## **Taxas**

Em geral, as taxas são em número muito grande. Há taxa para tudo. Isso ocorre porque, em grande parte dos municípios, certos serviços prestados pela Prefeitura são cobrados como Taxas quando na verdade deveriam ser cobrados como preços públicos. Por exemplo, as cópias de documentos, a expedição de alvarás e laudos técnicos, em geral, são cobradas como Taxa de Expediente. Todavia, bastaria cobrar um preço pela prestação desses serviços. O mesmo acontece com a ocupação do solo pelas bancas de feirantes, pontos de veículos de aluguel e táxi e com a apreensão e estada de animais e veículos que devem ser remunerados por meio de preços públicos e não como Taxas.

Os preços públicos poderão ser fixados pelo Executivo a partir de autorização legal concedida pela Câmara Municipal, geralmente no próprio texto do código tributário do município.

É importante lembrar que, para alterar os valores das Taxas, é preciso modificar o Código Tributário Municipal e, na maioria dos municípios, isso depende de quorum qualificado na Câmara Municipal.

Quanto à arrecadação das Taxas, verifica-se que apenas seis delas - limpeza, conservação de vias, combate a incêndios, iluminação pública, anúncios e licença e funcionamento - respondem por 95% do valor arrecadado.

As taxas mais importantes, acima mencionadas, podem substituir todas as existentes, acarretando redução de custos de fiscalização e vantagens bastante grandes para as Prefeituras e contribuintes. Normalmente seus valores são irreais, bem abaixo do custo da prestação dos serviços sendo essa a razão central do baixo valor da sua arrecadação nos municípios brasileiros.

A principal ação a ser feita para o crescimento das taxas é cobrá-las pelo custo real dos serviços a que se destinam. Isso deve vir claramente indicado no orçamento municipal que deve apresentar o mesmo valor para a receita e despesa correspondentes. Para se obter a receita necessária na lei tributária deve ser usado fatores ou alíquotas que aplicados sobre a base de cálculo da taxa garantam isso.

### **Contribuição De Melhoria**

É um tributo que tem como fato gerador a valorização do imóvel devido à realização de uma obra pública, estando o conjunto das valorizações a serem cobradas com valor limitado ao montante despendido pela Prefeitura com a realização da obra que valorizou o imóvel.

Pouco cobrada no Brasil, representa apenas 1% da receita tributária municipal, na média aritmética nacional. São cobrados apenas R\$ 0,84 por habitante por ano de Contribuição de Melhoria sendo que 73% dos municípios não a cobram e, 87% daqueles que cobram, arrecadam menos de R\$ 1,00 por habitante por ano.

É complexa sua cobrança por ser muito difícil e subjetivo estabelecer critérios de rateio para se estipular a valorização do imóvel devido à realização de uma obra pública. Um dos critérios para o rateio é o da proximidade do imóvel ao local da obra



e o valor venal do imóvel. Quanto maior essa proximidade maior o percentual do valor venal a ser cobrado.

Ocorre que o simples anúncio da realização da obra pública já gera a valorização imobiliária. Sendo a obra realizada posteriormente, alguns dos proprietários de imóveis já os venderam apropriando-se da valorização, não sendo, pois, justo, cobrá-la de quem adquiriu o imóvel já pagando pela valorização ao ex-proprietário beneficiado com a obra pública.

A única contribuição que é cobrada é a de pavimentação de ruas. Ela pode ser interessante, porque se a Prefeitura apresenta uma sugestão tecnicamente boa de pavimentação (que não significa necessariamente asfalto), com custo razoável a população concorda com o empreendimento. Os custos são rateados entre os proprietários normalmente de forma proporcional às testadas dos imóveis. A Prefeitura assume uma parte dos custos e se viabiliza a realização da pavimentação que valoriza os imóveis e todo mundo ganha.

Nem todos os moradores acabam aderindo ao programa e isso deve ser resolvido pela comissão organizadora constituída por moradores da rua a ser pavimentada. Algumas Prefeituras, como a de Diadema em São Paulo, conseguiram excelentes resultados adotando soluções tecnicamente boas e baratas e conseguindo a adesão dos moradores.

Existem, também, casos em que moradores de determinado local da cidade resolvem aderir a um programa que prevê a realização de obra que os beneficiará rateando os custos entre eles, segundo critérios por eles estabelecidos, sendo a obra realizada pela Prefeitura.

## **Receitas Financeiras**

É muito importante a Prefeitura extrair receitas financeiras de suas disponibilidades e compor com isso uma parte de sua arrecadação. A Prefeitura normalmente vai recebendo os tributos ao longo do mês e só paga o grosso de sua despesa na folha de pagamento, o que ocorre ou no fim ou no início do mês. Assim, ela vai acumulando ao longo do mês recursos que não deverão ficar parados no banco, mas sim aplicados, o que ajuda a incrementar a receita da Prefeitura.

Outro ponto a destacar, é que no primeiro semestre a Prefeitura arrecada mais do que no segundo porque tem o IPTU, cuja maior parte do pagamento é feita geralmente nos primeiros quatro meses, e o IPVA que vem do estado e que é arrecadado normalmente até abril/maio. Com isso, a Prefeitura acumula caixa no primeiro semestre e vai gastando esse dinheiro ao longo do ano, sendo que a grande despesa vai se dar ao final do ano, com o pagamento do 13º salário.

Esses excedentes de caixa devem ser aplicados gerando receitas financeiras. A gestão desses recursos de maior prazo é muito importante, podendo gerar receitas financeiras bastante interessantes.

### **1.3 Gestão financeira**

Deve-se lembrar que as finanças públicas têm grande importância no desenvolvimento econômico das empresas sediadas no município, é através de seu conhecimento que as organizações podem visualizar o potencial da região, o que Campello e Matias (2000:40) enfatizam:

*O termo finanças públicas refere-se ao conjunto de problemas relacionados ao processo de Receitas - Despesas Governamentais e dos fluxos monetários. Por abordar claramente as funções exercidas pelo processo orçamentário, seu estudo é uma obrigatoriedade pelos administradores financeiros municipais.*

O município para executar seus fins sociais necessita de recursos financeiros, estes são obtidos com o uso de seu poder impositivo para a decretação de tributos, ou explorando seus bens e serviços, mediante o pagamento facultativo de preços, como afirmam Campello e Matias (2000:39):

*A administração municipal possui o poder de alterar não apenas sua própria estrutura para melhor adequar-se, mas também possui o poder de alterar e influenciar o ambiente e suas relações. Essa diferença fundamental torna a função de planejamento muito mais importante e significativa na administração pública que nas organizações privadas.*

Não somente o Princípio da Legalidade limita o poder de tributar do município, mas também as imposições constitucionais o balizam, o que Meireles (1979:02) enfatiza:

*No poder de tributar e da faculdade de aplicar suas rendas, o Município não encontra outras limitações além daquelas que emanam dos princípios tributários adotados pelo nosso sistema constitucional, para todas as entidades estatais. Limitações genéricas, evidentemente, que não constituem restrições à autonomia local, mas tão somente normas constitucionais de direito financeiro destinadas às três esferas tributárias – federal, estadual e municipal.*

O CEPAM (1997:83) também observa que a competência tributária dos municípios é limitada pela Constituição Federal:

*Os Municípios, quando exercem sua competência tributária, estão submetidos a uma série de limitações contidas no próprio Texto Constitucional, representadas pelos princípios constitucionais, pelas*

*imunidades, pelas limitações gerais e pela submissão às normas gerais sobre a matéria tributária.*

É grande a importância da Constituição de 1988 que através do artigo 145, parágrafo primeiro apresenta o Princípio da Capacidade Contributiva, sobre o qual o CEPAM (1997:82) chama a atenção de sua importância para o contribuinte:

*Significa que todos os munícipes devem contribuir para o bem, comum, por meio de tributos, já que se beneficiam, genericamente, dos serviços públicos; mas os impostos deverão ser fixados levando-se em conta a capacidade econômica e as características de cada um em particular ou de determinados grupos de contribuintes.*

Muitas Prefeituras descuidam em ter um corpo mínimo de fiscais equipados e bem treinados, remunerado adequadamente e coordenando a execução de seus trabalhos. Com isso é facilitada a sonegação tributária deixando de se arrecadar.

Destacam-se as fiscalizações dos tributos mais importantes como:

- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Imposto sobre Transmissão "intervivos" (ITBI) e
- Taxas.

Quanto ao IPTU é importante que se faça a fiscalização dos imóveis, porque vão sendo construídos, às vezes ampliados e a Prefeitura deve ter um cadastro atualizado para cobrar corretamente. Nesse sentido, é fundamental haver um corpo de fiscais que esteja permanentemente observando alterações especialmente nas áreas da cidade que estão em expansão. A quantidade de fiscais deve ser suficiente para vistoriar, a cada cinco anos, o conjunto de imóveis construídos da cidade.

A FGV/EAESP (2000) apresenta um modelo de fiscalização visando maior benefício e menor custo para o município quando da fiscalização do IPTU:

*Uma forma interessante de fiscalização é que exige número menor de fiscais é por amostragem, selecionando um percentual reduzido de imóveis por bairro (entre 1% e 5%) verificando, para esses, a área construída e o tipo de utilização do imóvel (residencial, comercial ou industrial) caso as alíquotas do IPTU sejam diferenciadas de acordo com o uso. Caso as discrepâncias na área construída ou no tipo de utilização, em relação aos dados do cadastro imobiliário, forem significativas em determinados bairros é interessante efetuar uma fiscalização mais dirigida sobre o bairro ou bairros que apresentam as maiores irregularidades.*

O resultado esperado deste sistema de fiscalização vem a atender de forma eficiente aos pequenos municípios como pode se observar:

*Pelo sistema de amostragem, considerando uma amostra com 20% dos imóveis do município, um só fiscal pode ser suficiente para atender um município com até 50.000 habitantes (90% dos municípios brasileiros). Com isso é possível cobrar de forma mais eficaz e não de forma reduzida esse imposto.*

Para a fiscalização do ITBI é importante acompanhar junto ao(s) cartório(s) da cidade as transações ocorridas no mês, verificando o prévio recolhimento do ITBI e se os valores das transações são compatíveis com os valores de mercado. Em cidades com até 50.000 habitantes é perfeitamente possível efetuar essa fiscalização com apenas um fiscal.

Para a fiscalização das taxas imobiliárias, coleta de lixo, limpeza e de sinistro, isso pode se dar juntamente com a do IPTU. Para as taxas mobiliárias, como as de fiscalização de funcionamento e de anúncios, podem ser feitas verificações por bairros, averiguando se as empresas estão cadastradas e se recolheram as taxas

correspondentes. Pode ser também usado o sistema de amostragem. Normalmente um fiscal é suficiente para a execução dessas tarefas.

Esse é um ponto importante e, não raro, descuidado pelas Prefeituras. A gestão sobre a cobrança pode ser muito aperfeiçoada, passando a se cobrar no devido tempo, evitando-se a cobrança judicial que é morosa e cara. Deve haver uma preocupação grande para que a fiscalização, principalmente em relação aos grandes contribuintes, seja realizada no corpo a corpo.

Outro trabalho primordial é ter os arquivos de pagamentos em ordem o que possibilita contactar o contribuinte em atraso com suas obrigações fiscais em prazos curtos (dois a três meses). Quando se demonstra organização aos contribuintes as coisas melhoram muito permitindo a comunicação direta e constante com os contribuintes sobre os débitos. Quando os contribuintes são alertados, grande parte quita suas obrigações.

É importante o acionamento da cobrança a partir dos maiores contribuintes para os menores hierarquizando a ação da fiscalização, tornando-a mais eficaz.

A FGV/EAESP (2000) chama atenção quanto a forma de cobrança das rendas municipais através da rede bancária em que o gestor deve se preocupar com o tempo decorrido entre o pagamento efetuado pelo contribuinte e o repasse à Prefeitura pelo agente da cobrança:

*Uma questão de extrema importância é o quanto das receitas municipais fica no sistema bancário sob a forma de 'floating' (tempo que o banco retém a receita municipal desde que é paga pelo contribuinte) e/ou tarifas cobradas. A gestão da cobrança passa necessariamente pela escolha adequada da rede bancária de modo a obter o menor desconto de 'floating' e/ou tarifas mais reduzidas. Para isso é importante o município saber que o 'floating' normal é*

*de 2 dias (D+2) e as tarifas podem ser negociadas e, portanto reduzidas quando a Prefeitura assume a posição de que ela é, na maior parte das vezes, o melhor e maior cliente dos bancos no município, sendo suas contas altamente disputadas.*

É muito comum no Brasil haver Prefeituras que acumularam ao longo do tempo valores que superam até um ano de receita no estoque da sua Dívida Ativa. Todos os tipos de dívida aparecem lá, desde as pequenas, que não convém ter o custo da cobrança, até outras que são interessantes cobrar. É importante que a Prefeitura tenha atualizado em ordem decrescente os valores dos débitos para fazer uma gestão específica sobre os processos de maior importância e oferecer, aos contribuintes, a oportunidade de pagar esses atrasados com uma multa reduzida, porém sempre com cobrança de correção monetária e juros correspondentes.

Os débitos cujo valor for inferior ao custo da cobrança não devem ser mantidos, buscando-se eliminá-los por meio da aprovação de lei de remissão.

Um programa permanente de parcelamento das dívidas, também proporciona ingresso significativo de recursos.

Além disso, é comum o Fórum local estar sobrecarregado com a tramitação de um volume muito grande de processos de execução fiscal. A Prefeitura poderá, então, auxiliar, com pessoal e equipamentos, nas tarefas burocráticas da cobrança judicial. Vários municípios têm feito isso com bastante sucesso.

A FGV/EAESP (2000) aponta ainda dois problemas importantes na gestão da dívida ativa:

- *Ter cadastro desatualizado que gera lançamentos e notificações incorretos como, por exemplo, endereço desatualizado;*

- *Registro de pagamentos da dívida desatualizado que gera atrasos no andamento dos processos judiciais e administrativos com custos e desgaste na imagem da administração.*

## **2 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS**

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é um dos mais importantes componentes da receita tributária. Sua cobrança ocorre com mais intensidade nos municípios médios e grandes e apenas 6,4% dos municípios não o cobram. Não é um imposto fácil de ser cobrado, tem uma legislação que envolve alíquotas diferentes para cada tipo de serviço e, às vezes, isso traz dificuldades na prática.

Atualmente, o setor de serviços é o que mais cresce no país e o que apresenta maior potencial de cobrança. Por essa razão, é muito importante a Prefeitura ter clara a sua importância.

### **2.1 Origem do imposto e conceituação de serviços**

Para a devida compreensão de qualquer imposto deve-se analisar a sua origem. Os primeiros sinais de um tributo onerando a prestação de serviços remontam da antiga civilização egípcia, assim como também se constata a existência de vestígios na grande Roma, como afirma Martins (2000:17):

*Há vestígios da tributação sobre serviços no Egito, onde os tintureiros pagavam um imposto sobre seus serviços. Em Roma dizia-se que o imperador Constantino tinha um imposto sobre serviços de nome chrysagyrum ou lustralis collatio. Estavam isento do referido imposto os*



*clérigos e os que faziam trabalhos manuais, como os oleiros e os carpinteiros.*

Em tempos modernos, é na Europa principalmente na década de vinte que se constata a ocorrência da cobrança de impostos com as mesmas características do imposto sobre serviços, como apregoa Gaspar (1997:6):

*Os impostos de vendas são adotados na maioria dos países, com alíquotas variando entre 0,5% e 2,0%. Em 1918, na Alemanha. É criado um imposto geral sobre as vendas, com alíquota de 0,5% incidindo sobre as transações, ou seja, sobre os bens materiais e os serviços. Em 1919, é a Itália que adota o novo tributo. Outros países seguem o exemplo: Tchecoslováquia, em 1919, a França, em 1920, adota a *taxe sur la chiffre d'affaires*, com alíquota de 1% sobre as vendas. Na década de 20, seguem o exemplo o Canadá, Bélgica, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Áustria, Polônia, Cuba, Turquia, Uruguai, etc.*

No Brasil, verifica-se manifestação impositiva sobre a venda de serviços de longa data, mas devido a falta de condições econômicas e de organização estes impostos apresentavam falta de racionalidade para sua aplicação.

Cinco anos após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, que se deu em 29 de novembro de 1807, tem-se a criação de um tributo que incidia diretamente sobre certas profissões, como elucida Moraes (1984:4):

*Desejando obter fundos para a cobertura das obrigações do Real Erário, como principal acionista do Banco do Brasil, o Príncipe Regente D. João baixou o Alvará de 20 de outubro de 1812, estabelecendo um tributo extraordinário sobre "lojas ou armazéns" (item II) e sobre os "navios ou embarcações" (item III). Pelo item II do referido Alvará, além das lojas, armazéns e sobrados que vendiam por grosso e atacado, "cada loja de Ourives, lapidários, correeiros, funileiros, latoeiros, caldeireiros, cerieiros, estaqueiros de tabaco, boticários" deveriam pagar a importância de 12.800 rs por ano ao Real erário.*

O primeiro tributo sobre vendas mercantis no Brasil é instituído pela Lei nº 4.625, de 31.12.1922. Esta cobrança, que era feita pela União e não pelos municípios perdura até a Constituição de 1934, como afirma Gaspar (1997:7):

*Dessa forma, a União passa a cobrar o imposto sobre as vendas mercantis, o qual é arrecadado através de estampilhas. O artigo 2º da Lei 4.625 rezava que 'compete à União cobrar o imposto do selo proporcional sobre as vendas mercantis, a prazo ou à vista, efetuadas dentro do país...'*

*Esta situação perdura até a Constituição de 1934, na qual é alterada a partilha tributária, passando o recém-criado imposto sobre vendas e consignações para a competência dos Estados-membros.*

A Reforma Tributária através da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965 traz entre diversas inovações no sistema tributário nacional, uma fonte de receita própria para os municípios, assim como o esboço do imposto sobre serviços em vigor nos dias de hoje e também fixa limites para a cobrança deste imposto:

*Art. 15. Compete aos municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.*

*Parágrafo único. Lei Complementar estabelecerá critérios para distinguir as atividades a que se refere este artigo das previstas no artigo 12.*

Visando distinguir os limites de incidência entre o novo imposto e o imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS), a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) define as atividades sujeitas ao imposto conforme o artigo 71, parágrafo 1º:

*§ 1º Para efeitos deste artigo, consideram-se serviços:*

*I – o fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;*

*II – a locação de bens móveis;*

*III – locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.*

Esta instrução é na verdade a primeira lista de serviços que os municípios irão utilizar para a cobrança do imposto de serviços. O Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 834, de oito de setembro de 1969 apresenta a lista de serviços que vigora até a edição da Lei Complementar nº 56 que mantém a estrutura atual com mínimas alterações.

## **2.2 Conceito de serviços**

Os impostos no Brasil são grupados em categorias econômicas conforme a Emenda Constitucional nº 18, de 1 de dezembro de 1965. Esta mesma classificação foi especificada pelo Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), a saber:

- a) *Impostos sobre comércio exterior;*
- b) *Imposto sobre o patrimônio e a renda;*
- c) *Impostos sobre a produção e a circulação;*
- d) *Impostos especiais.*

Analisando-se o imposto sobre serviços é correto afirmar que o mesmo incide sobre a circulação, que conforme afirma Moraes (1984:78) “*do latim: circumlatio. Levar ou trazer ao redor, em volta*”. Circulação no caso, de bens imateriais, ou seja, a prestação de serviços, visão compartilhada por Gaspar (1997:27): “*Hoje, é o ISS um tributo a incidir sobre a circulação, visto que na produção não temos a mudança de titularidade do bem, ou seja, a circulação do bem (material ou imaterial) de uma pessoa para outra*”.

A definição de que o imposto sobre serviços incide sobre a circulação também é compartilhada por Martins (2000:30):

*O ISS ficou previsto no grupo dos 'Impostos sobre a produção e a circulação', com uma nomenclatura econômica (Imposto sobre serviços). Tal nome aponta o objeto econômico do imposto municipal, campo sobre o qual ele incide ('sobre serviços de qualquer natureza'). Pela expressão utilizada já se conhece o objeto do imposto.*

Este tributo tem como premissa taxar a prestação de serviços, do latim: *praestare*, satisfação, prestação, pagamento; *servitum*, estado de escravo, do *servus*, mais tarde, atividade, trabalho. Desta forma pode-se absorver o conceito de serviços dado por Gaspar (1997:28):

*O conceito de serviços é identificador de bens imateriais ou incorpóreos, ou seja, bens que não têm existência física. São bens que não podem ser vistos ou tocados, como, por exemplo, o direito de usar uma marca, o transporte de bens ou pessoa de um lugar para outro, o conserto de um automóvel.*

Com muita propriedade é feita a observação e a conclusão de Moraes (1984:42) sobre o conceito de serviços: *"Serviço, portanto, vem a ser o resultado da atividade humana na criação de um bem que não se apresenta sob a forma de bem material, v. g., a atividade do transportador, do locador de bens móveis, do médico, etc."*

É de Moraes (1984:42) a definição do conceito de serviços sobre a ótica econômica:

*O conceito econômico de "prestação de serviços" (fornecimento de bem imaterial) não se confunde e nem se equipara ao conceito de "prestação de serviços" do direito civil, que é conceituado como fornecimento, mediante remuneração, (de trabalho a terceiros). O conceito econômico, não se apresentando acanhado, abrange tanto o simples fornecimento de trabalho (prestação de serviços do direito civil) como outras atividades, v. g: locação de bens móveis, transporte, publicidade, hospedagem, diversões públicas, cessão de direitos, depósito, execução de obrigações de não fazer, etc. (vendas de bens imateriais).*

O imposto sobre serviços é um tributo que recai sobre os bens imateriais que circulam. Ele grava exclusivamente a venda de serviços de qualquer natureza, desde que atendidos os pressupostos legais.

O cálculo do ISS tem como base o preço dos serviços prestados pelos contribuintes. Todavia, esse preço, em alguns casos, pode ser estimado.

É muito difícil a fiscalização, especialmente de pequenos estabelecimentos de prestação de serviços, porque a maior parte geralmente não emite nota fiscal. O sistema adotado nesses casos é o da estimativa. Estima-se quanto deve ser o volume aproximado de prestação de serviços de cada estabelecimento e aplica-se sobre esse volume um percentual.

Na prática se pode fazer a estimativa da seguinte maneira: a maior parte do custo da prestação de serviços de uma empresa de serviços é com pessoal. Pode-se saber em cada estabelecimento o número de empregados e os salários pagos a eles e, com isso compor aproximadamente a folha de pagamento. Em seguida, acrescenta-se 60% de encargos sociais e de 20% a 30% de outras despesas. Portanto, a receita estimada dessa empresa deve ser igual ou maior do que essa despesa apurada. Todas essas informações podem ser obtidas por meio de questionários simples e objetivos encaminhados aos contribuintes.

Isso permite diminuir os custos da fiscalização. Seria cobrado um valor razoável de cada estabelecimento e haveria um crescimento da arrecadação do ISS. Cobrando um pouco de todos, mas de uma maneira mais homogênea e mais geral, se arrecada bem mais.

Já com relação aos estabelecimentos de maior porte, que pagam o imposto com base no preço dos serviços prestados, o problema é, muitas vezes, o atraso ou simplesmente a falta do recolhimento do imposto. Sobre esses, é importante a vigilância na cobrança do ISS. Fazer um controle mais seletivo. É fácil de ser feito esse trabalho porque não são muitos contribuintes e assim haveria uma fiscalização dirigida, mais rigorosa e eficiente, acompanhando-os com maior frequência.

O imposto sobre o valor acrescentado, na parte relacionada com a prestação de serviços, onera uma área econômica bastante grande, abrangendo toda e qualquer venda de bem imaterial, tornando expressivo o objeto da tributação. A base de cálculo define o alcance deste imposto como é tratado no artigo 9º do Decreto-Lei nº 406/68:

*Art. 9. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.*

*§ 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.*

A técnica tributária procura encontrar no fato gerador do imposto alguma circunstância que permita qualificá-lo. Uma clara definição da base de cálculo do imposto sobre serviços é apresentada por Mangieri (2001:31): *“Base de cálculo nada mais é do que a perspectiva mensurável da materialização do tributo. No caso do ISS, de regra, é o preço do serviço realizado, comportando, contudo, algumas exceções”*.

As exceções mencionadas por Mangieri referem-se àquelas relacionadas nas listas de serviços anexas à legislação federal do imposto sobre serviços, listas que serão analisadas com maior propriedade no próximo tópico.

A base de cálculo do imposto sobre serviços é resumida com grande propriedade por Moraes (1984:508):

*Qualquer hipótese de incidência escolhida pelo legislador tributário representa, sempre, um fato econômico. Na verdade, o fato gerador da obrigação tributária representa um fato econômico ao qual a lei tributária dá relevância jurídica. Uma vez concretizada a hipótese legal, nasce a obrigação tributária principal, devendo o sujeito passivo levar aos cofres do Poder Público certa importância.*

O alcance do imposto sobre serviços deve obedecer a “zona” não compreendida pela competência tributária da União ou dos Estados, definida em lei complementar como dita a Constituição Federal nos seguintes termos:

*Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:*

*[...]*

*IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar.*

*[...]*

*4º Cabe à lei complementar:*

*I – fixar alíquotas máximas dos impostos previstos nos Incisos III e IV;*

*II – excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.*

O imposto sobre serviços é um tributo dos mais importantes para municípios, pois o mesmo tem seu controle e sua fiscalização realizada pelos funcionários da municipalidade enquanto que as transferências intergovernamentais, que com certeza representam uma grande parcela das receitas municipais, têm seu controle pelas administrações estadual e federal, o que impede qualquer esforço do município em melhorar a eficácia da arrecadação tributária.

Não existe limite para fixação das alíquotas do ISS. Entretanto, as alíquotas mais comuns utilizadas pelos municípios são as seguintes: 2 ou 3% para os serviços

de construção civil, de saúde e de educação, 10% no caso de diversões públicas e 5% para os demais serviços.

Como, no entanto, esses percentuais são estabelecidos por Lei Municipal, há uma grande variedade nessas alíquotas, principalmente quando o município as utiliza como instrumento de política fiscal, concedendo incentivos fiscais a determinados serviços (informática, por exemplo) ou tipo de contribuintes como as microempresas.

Na área tributária a lei complementar é consagrada pela própria Constituição para a definição do imposto sobre serviços:

*Art. 146. Cabe à lei complementar:*

*I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;*

*II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;*

*III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*a) Definição de tributos e suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;*

*b) Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;*

*c) Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.*

A lei complementar é instrumento que define o campo de incidência do imposto sobre serviços, conforme já verificado anteriormente na Constituição no art 156, parágrafo 3º, inciso I, que regula as alíquotas máximas e no art. 156, parágrafo 3º, inciso II, que exclui as exportações da incidência do imposto municipal.



Diversas leis complementares já foram expedidas definindo os “serviços de qualquer natureza” de competência tributária dos municípios, como pode se visualizar na Tabela 4:

Tabela 4 Instrumentos legais utilizados para instituir os serviços sujeitos ao ISS.

Instrumento	Observação
Lei nº 5.172 de 25/10/66. (CTN - Código Tributário Nacional)	<p>Continha apenas três incisos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos a usuários ou consumidores;</li> <li>• A locação de bens imóveis;</li> <li>• A hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza, a título de locação em bens imóveis.</li> </ul>
Ato Complementar nº 27-08/12/66.	Foi acrescentado um item na anterior lista de serviços, o inciso IV, com a expressão “jogos e diversões públicas”, e substituída a palavra “imóveis” no inciso II do artigo 71, “por móveis”.
Ato Complementar nº 34, de 30/01/67.	Alterou o § 1º do art. 71 do CTN, especificando que o ISS incidiria sobre locação de bens móveis e hospedagem, onerou jogos e diversões públicas, beneficiou algumas obras de construção civil e tributou genericamente “demais formas de fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos”.
Ato Complementar nº 35, de 28/02/67.	Exclui “subempreitadas” realizadas nas obras contratadas com a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos.
Decreto-lei nº 406, de 31/12/68.	Ficam submetidos ao ISS vinte e nove itens dispostos de forma nova, agrupando as atividades.
Decreto-lei nº 834, de 08/09/69.	A lista anexa ao Decreto-lei apresenta 66 itens tributáveis pelo imposto e declara novas regras de não incidência.

Instrumento	Observação
Lei nº 7.192, de 05/07/84.	Acrescenta novo item à lista de serviços anterior – profissionais de relações públicas. Totalizando a lista agora 67 itens.
Lei Complementar nº 56 de 15/12/87.	A quarta lista de serviços contém 100 itens tributados pelo imposto, aumenta o campo de incidência e é mais detalhista.
Lei Complementar nº 100, de 22/12/99.	Inclusão do item de número 101 referente à exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários (Pedágio).

Fonte: MARTINS, Sérgio Pinto (2000:59 a 66, 250).

A lei complementar cria duas correntes formadas pelos juristas brasileiros. Por um lado, autores como Martins (2000:178) tem a seguinte posição: *“Não se pode afirmar que a lei complementar estruturadora do ISS atente contra a autonomia municipal por limitar a competência do Município de legislar, o que compete ao legislador ordinário municipal”*.

Esta corrente admite que a lei complementar somente delimita o campo de tributação do município e não viola a sua autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, enquanto que outra corrente entende que ela somente deva traçar critérios para a definição dos serviços sujeitos ao imposto, deixando para o legislador municipal defini-los, como afirma de forma incisiva Ataliba (1980:202):

*Da mesma forma e pelas razões que só lei complementar pode traçar critérios para evitar conflitos de competência tributária, não cabe tal lei complementar onde e quando tais conflitos não sejam possíveis, à luz dos preceitos constitucionais.*

*Nestes casos – a regra geral, a maioria – prevalece soberana e sozinha, a lei ordinária municipal, única, exclusiva e privativa norma, para definição das hipóteses de incidência do imposto sobre serviços.*

Fica desta forma um impasse na incidência deste imposto quando do surgimento de novos serviços, ou ainda, quando da mudança de titularidade de uma prestação de serviços, como se verifica nos setores financeiro, de comunicação e de informática, setores que devido ao avanço tecnológico a legislação pertinente a matéria não consegue acompanhar de maneira eficiente.

### 3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

#### 3.1 Evolução

As instituições financeiras têm um papel fundamental no crescimento do país, pois viabilizam recursos para projetos e empresas responsáveis pela produção e comercialização de milhares de produtos e serviços.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 192, determina que o SFN tenha por objetivo principal, promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade: *"Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar"*.

O modelo bancário adotado no Brasil foi trazido pelo Império e os serviços prestados eram basicamente a guarda de numerários (depósitos à vista) e a antecipação de receitas (descontos) como apresenta Fortuna (1999:01):

*O modelo bancário trazido ao Brasil pelo Império foi o europeu. Entendiam-se como atividades básicas de um banco as operações de depósitos e empréstimos. Os bancos sempre guardaram, através do tempo, uma característica excessivamente rígida. Exemplo desse rigor eram as próprias*

*gerências operacionais, que obrigatoriamente deveriam manter contato com o público e ficavam situadas no fundo das agências, com portas bem trancadas, por onde poucos ousariam entrar.*

Essa estrutura permaneceu inalterada praticamente até a metade deste século, quando principalmente no pós-guerra, pode se verificar grandes modificações no cenário econômico mundial o que trouxe novas condições para que as instituições financeiras fossem modernizadas visando sua auto sustentabilidade.

Antes mesmo da declaração da Independência do Brasil em 1822, o Banco do Brasil foi criado em 1808, marcando o surgimento do SFN. Da sua criação até a metade do Século XX, o principal agente do sistema era o Banco do Brasil, que exercia o papel de Banco Central (até 1964).

As instituições financeiras que operam hoje começaram a se instalar no início do Século XX como pequenos bancos regionais atuando ao lado do Banco do Brasil e de bancos estrangeiros, na maioria britânicos.

Em 1945 o número de bancos comerciais já era de 508. Em resposta a necessidade de um maior controle do sistema o governo cria a SUMOC - Superintendência de Moeda e Crédito visando o controle do mercado monetário assim como a preparação para a criação de um banco central.

A SUMOC, criada através do Decreto-Lei n. 7.293, implementou medidas para impedir a criação de novos bancos, através de políticas restritivas à concessão de licenças para criação de novas instituições financeiras e do encorajamento de fusões entre as já existentes. A criação da SUMOC ocasionou a diminuição do número de bancos como afirma Fortuna (1999:1):

*O mesmo decreto criava, como instrumento de controle do volume de crédito e dos meios de pagamento, o depósito compulsório.*

*Inúmeros bancos encerraram suas atividades. Outros tantos desapareceram, através de fusões e incorporações.*

*Saneou-se e, ao mesmo tempo, solidificou-se o Sistema Financeiro Nacional.*

O SFN tem o importante papel de fazer a intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva. Sua estabilidade é fundamental para a própria segurança das relações entre os agentes econômicos. Isso fica evidente quando se observa que esses agentes relacionam-se entre si em suas operações de compra, venda e troca de mercadorias e serviços de modo que, a cada fato econômico, seja ele de simples circulação, de transformação ou de consumo, corresponde ao menos uma operação de natureza monetária realizada junto a um intermediário financeiro, em regra um banco comercial que recebe um depósito, paga um cheque, desconta um título ou antecipa a realização de um crédito futuro.

O SFN só assume o papel de financiador do consumo e do investimento, caso haja segurança para os poupadores, fortalecimento das instituições financeiras e liberdade para que sejam criadas inovações de produtos e serviços.

O desenvolvimento saudável da intermediação financeira é condição necessária para que seja consolidada a estabilização econômica de um país, assim como para criar requisitos essenciais à retomada da atividade econômica, de maneira auto-sustentada.

A inflação impõe a qualquer economia características capazes de criar e agravar desequilíbrios setoriais na medida que os segmentos mais organizados

conseguem, por meio dela, apropriar-se de fatias cada vez maiores daquilo que é produzido, contribuindo, assim, para desnivelar a distribuição de renda, tornando-a menos justa.

Até 1994, a economia brasileira possuía algumas características específicas, fundamentadas, principalmente, em um crônico e acentuado processo inflacionário, coexistente com generalizada indexação. Nesse contexto, ficavam invalidadas quaisquer políticas antiinflacionárias.

Esse quadro foi extremamente favorável ao SFN, ao bancário em particular, que se adaptou bem ao ambiente de alta inflação, presente na economia brasileira desde a década de 60, permitindo seu desenvolvimento nos últimos 25 anos. Elevadas taxas de inflação, que em outras experiências históricas levaram a economia à desmonetização e o sistema financeiro ao colapso, no Brasil, contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. Na verdade, as instituições financeiras brasileiras foram surpreendentemente bem sucedidas na implementação de inovações financeiras e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, que lhes permitiram não apenas sobreviver em um contexto visto no resto do mundo como hostil à atividade econômica, como também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado.

Durante o longo e intenso período inflacionário, a atividade financeira sustentava-se dos recursos em trânsito e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas, concentrando-se em operações de curto prazo.

Se, por um lado, os efeitos do processo inflacionário no Brasil contribuíram para desencadear e manter o fenômeno da transferência de renda de outros

segmentos para o financeiro, por outro, fizeram prevalecer também o princípio de que os bancos poderiam sobreviver independentemente de sua capacidade de competir, deixando as questões relacionadas com a estrutura de custos e a eficiência produtiva em segundo plano. Ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados também não era objeto de grandes preocupações, uma vez que grande fonte de receitas encontrava-se na coexistência de diferentes indexadores de passivos e ativos.

A partir do segundo semestre de 1994, com a implantação do Plano Real, acentuou-se o processo de reordenamento da economia brasileira. Foram adotadas medidas capazes de viabilizar a estabilização e reestruturação da economia, tais como a maior abertura ao comércio exterior, mudanças de política industrial visando a inserção mais competitiva de produtos nos mercados internacionais e redução de subsídios a vários setores produtivos. Reformas no ordenamento constitucional do país, notadamente na ordem econômica e na estrutura e funções do setor público, com redefinição da filosofia de seus gastos, também se fizeram necessárias. Essas iniciativas, dentre outras, objetivaram a viabilização do processo de estabilização monetária.

Esse reordenamento da economia brasileira alterou, radicalmente, o cenário em que atuavam as instituições financeiras. A redução dos níveis inflacionários e a maior abertura da economia, com o incremento das importações, além de exigir o desenvolvimento de produtos e serviços ágeis, revelou o grau de ineficiência de alguns setores domésticos, quer industriais ou comerciais, com baixa lucratividade e deseconomias, que passou a refletir-se na incapacidade de honrar os empréstimos concedidos pelos bancos.

O corte de subsídios a alguns outros segmentos da economia atuou no mesmo sentido, aumentando o grau de inadimplência para com o sistema bancário. Além disso, a política monetária restritiva, praticada a partir da implementação do Plano Real, contribuiu para gerar as dificuldades creditícias enfrentadas por alguns setores da economia. Todos esses fatos, conjugados com o desaparecimento dos ganhos inerentes ao processo inflacionário, até então apropriados pelo segmento financeiro, evidenciaram a fragilidade de algumas de suas instituições, os quais mostraram-se incapazes de promover, espontânea e tempestivamente, os ajustes necessários para sua sobrevivência no novo ambiente econômico.

Dada a eminente situação de insolvência de instituições financeiras, as autoridades governamentais, por intermédio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, passaram a tomar medidas no sentido de reestruturar e fortalecer o SFN.

Nesse contexto foram adotadas medidas como a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Através da Medida Provisória nº 1.182, de 17.11.95 (atual Lei 9.447, de 14.03.97) foram introduzidas modificações objetivando dar mais poderes ao Banco Central no tratamento de assuntos relacionados com a responsabilidade civil dos acionistas controladores, na adoção de medidas saneadoras de natureza preventiva e passíveis de adoção pelo próprio mercado e na flexibilização de regras para privatizações. Pelo mesmo diploma legal a apuração de responsabilidades de serviços de auditoria independente objetivaram reforçar, ainda mais, a ação preventiva do Banco Central.



O SFN está estruturado em dois grandes segmentos. De um lado, estão as instituições bancárias, assim entendido como o conjunto constituído por bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e bancos múltiplos. De outro, estão agrupadas as instituições atuantes nas demais áreas do mercado financeiro: bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimos, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários.

A figura dos bancos múltiplos foi instituída pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em setembro de 1988, com as características de se constituírem como instituições mistas, podendo por meio da criação de carteiras, operar nas diversas áreas onde atuam as instituições singulares.

No período compreendido entre dez/93 e dez/98 ocorreram significativas alterações na estrutura do SFN, tanto sob o aspecto organizacional quanto operacional. Tiveram lugar transferências de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações fazendo com que o número de instituições financeiras, excetuando-se as cooperativas de crédito, diminuísse em cerca de 24% no período. Ao mesmo tempo, o capital estrangeiro se fez mais presente em termos quantitativos e qualitativos.

Os bancos privados demonstraram maior flexibilidade para se adaptarem às condições de economia estável, modificando tecnologias e processos de produção de serviços. O corte de custos e o lançamento de novos produtos contribuíram para o processo de adaptação. Por seu lado, o movimento dos bancos estaduais na

direção dos mesmos objetivos foi mais lento, como reflexo da desvantagem comparativa desse segmento causada pelas naturais amarras legais e políticas.

Ao final de 1998, o Brasil contava com um sofisticado SFN com 201 bancos, que atuavam por meio de mais de 16 mil agências e cerca de 15 mil outros postos de atendimento. Todavia, seu desenvolvimento guarda, ainda, alguns resquícios das características que prevaleceram nos últimos trinta anos, baseadas num crônico processo inflacionário.

### **3.2 Participantes e autoridades monetárias**

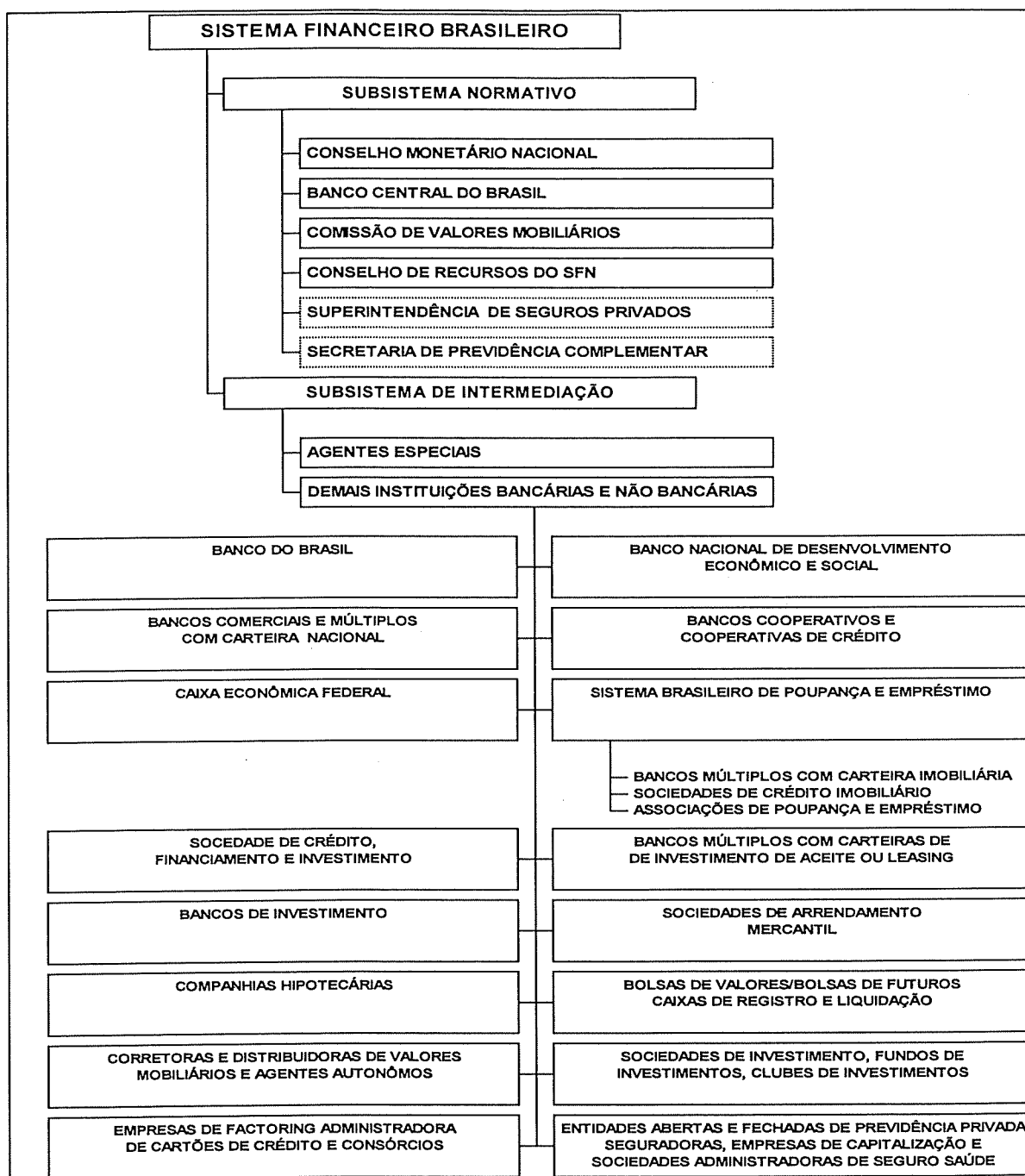
As instituições que formadoras do sistema podem ser agrupadas em: Autoridades Monetárias e Instituições Financeiras.

A principal autoridade monetária é o Conselho Monetário Nacional (CMN), Fortuna (1999:14) o define da seguinte forma:

*Como órgão normativo, por excelência, não lhe cabem funções executivas, sendo o responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do País. Pelo desenvolvimento destas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba transformando-se num conselho de política econômica.*

O SFN é formado por instituições que têm como finalidade intermediar o fluxo de recursos, como pode se visualizar na Figura 3:

Figura 3. Participantes do Sistema Financeiro Nacional.



Fonte Fortuna (1999:1)

O Banco Central do Brasil (BC ou BACEN) também é uma autoridade monetária, cuja função é controlar a oferta da moeda e do crédito, ou seja, tem a função de executor das políticas monetária e cambial do País. Niyama (2000:27) dentre suas atribuições destaca:

- *Emitir moeda papel e moeda metálica;*
- *Executar os serviços do meio circulante;*
- *Determinar os percentuais de recolhimento compulsório;*
- *Receber os recolhimentos compulsórios e também os depósitos voluntários a vista das instituições financeiras;*
- *Realizar as operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras;*
- *Efetuar o controle dos capitais estrangeiros;*
- *Ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira e de direitos especiais de saque;*
- *Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;*
- *Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:*
  - *Funcionar no país;*
  - *Instalar ou transferir suas sedes ou dependências, inclusive no exterior;*
  - *Ser transformadas, fundidas, incorporadas, cindidas ou encampadas;*
  - *Praticar operações de câmbio, crédito rural e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações, debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários;*
  - *Ter prorrogado os prazos concedidos para funcionamento;*
- *Alterar seus estatutos;*
- *Estabelecer condições para a posse em quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo CMN;*

- *Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;*
- *Entender-se, em nome do governo brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;*
- *Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;*
- *Exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre as empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nestes mercados e em relação às modalidades ou processo operacionais que utilizem.*

Mesmo sendo considerada como um órgão de apoio, grande é importância da Comissão de Valores Mobiliários, sobre a qual Fortuna (1999:18) aponta seus objetivos fundamentais:

- *Estimular a aplicação de poupança no mercado acionário;*
- *Assegurar o funcionamento eficiente e regular das bolsas de valores e instituições auxiliares que operam neste mercado;*
- *Proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e outros tipos de atos ilegais que manipulem preços de valores mobiliários nos mercados primários e secundários de ações;*
- *Fiscalizar a emissão, o registro, a distribuição e a negociação de títulos emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto;*

Outros órgãos com características de autoridades monetárias são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN, estes órgãos também são chamados de Autoridades de Apoio.

O SFN pode ser dividido em dois grandes grupos: "Área Bancária" e "Área Não-Bancária". O primeiro é composto pelas instituições capazes de participar do processo de criação de moeda na economia. Assim, serão incluídos no grupamento os Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos, as Caixas Econômicas e as Sociedades Cooperativas de Crédito.

Por sua vez, a área não-bancária inclui os Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades Corretoras de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários e Companhias Hipotecárias.

A evolução do sistema, no ano de 1998, confirmou a tendência de redução de sua base, característica que se vem fazendo presente nos últimos anos. Em 31.12.93, o SFN funcionava por meio de 1.065 instituições, não consideradas as cooperativas de crédito e, ao final de dez/ 98, totalizou 813 empresas, significando redução de 23,66% em relação a 1993<sup>10</sup>.

Analizados os bancos múltiplos segundo o total das carteiras autorizadas, observa-se a redução de 54 carteiras de jun/95 a dez/98. A maioria das carteiras canceladas no período foram comerciais (32) e de crédito, financiamento e investimento (22). Mas, por outro lado, as carteiras de *leasing*, que foram instituídas em 95, aumentaram, alcançando 20 unidades em dez/98. Agregando-se o número de carteiras de bancos múltiplos ao número de instituições singulares com funções correspondentes a essas carteiras, obtém-se uma visão mais abrangente da estrutura do SFN. Assim, na prática, o sistema funcionava, em dez/98, por meio de 185 bancos comerciais, 128 bancos de investimento, 21 bancos de desenvolvimento, 187 financeiras, 84 sociedades de crédito imobiliário e 100 empresas de *leasing*, além dos demais tipos de empresas para as quais não existem as correspondentes carteiras de bancos múltiplos.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Fonte: Banco Central do Brasil. [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br).

<sup>11</sup> Fonte Banco Central do Brasil. [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)

Em 30.06.94, o segmento bancário do SFN possuía 212 bancos múltiplos e 34 bancos comerciais. Outros 28 bancos foram autorizados entre jun/94 e dez/98, formando um conjunto de 274 instituições. No período compreendido entre jun/94 e dez/98, o processo de ajuste do SFN, na forma acima definida, alcançou um total de 104 bancos, correspondendo a cerca de 37% do total.

Os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário. São intermediários financeiros que têm o objetivo de conseguir os recursos necessários para financiar a curto e médio prazo o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. As principais fontes de recursos dos bancos comerciais são depósitos a vista depósito de poupança e depósito a prazo fixo. Repassam recursos oficiais e recursos externos. Prestam serviços de natureza financeira (cobrança de títulos, recebimento de tributos etc) e fazem operações de câmbio. Por meio de crédito seletivo, repassam os recursos aos tomadores, fazendo descontos de títulos e operações de abertura de crédito simples ou em conta corrente.

Além das atividades principais dos bancos múltiplos deve-se atentar às atividades acessórias como relaciona Niyama (2000:31):

- *Ordens de pagamento e transferência de fundos;*
- *Cheques de viagem;*
- *Cobrança;*
- *Serviços de correspondência;*
- *Recebimentos e pagamentos de interesse de terceiros;*
- *Saneamento do meio circulante e fornecimento de troco;*
- *Intermediação na aquisição de títulos federais em leilões;*
- *Serviços ligados ao câmbio e ao comércio internacional;*

Dentre as atividades exercidas pelos bancos comerciais, diversas delas devem ser classificadas com prestação de serviços, atividades decorrentes de convênios firmados, como relaciona Niyama (2000:31):

- *No recebimento de tributos, FGTS, INSS, PIS, prêmios de seguro e contas de água, energia elétrica, gás e telefone;*
- *No pagamento pra FGTS, INSS, PIS e segurados em geral;*
- *Na prestação de serviços a outras instituições financeiras e a empresas de atividades complementares ou subsidiárias, cartão de crédito, administração de bens e processamento de dados;*
- *Na prestação de outros serviços, quando vinculados à arrecadação e ao pagamento de interesse público.*

Pode-se resumir desta forma que os bancos comerciais são intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recurso, naturalmente criando moeda através do efeito multiplicador de crédito. Desta forma eles proporcionam o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários para financiamento das atividades econômicas.

#### **4 CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

A contabilidade pode ser dividida em quatro segmentos principais, tendo como o ramo de negócio da organização a linha divisória, de acordo com Purificação (1984:18):

*Entre os ramos conhecidos da Contabilidade, podemos destacar como mais tradicionais e, também, responsáveis por cátedras em Cursos de Contabilidade:*

*Contabilidade Comercial.*

*Contabilidade Industrial.*

*Contabilidade Bancária.*



*Contabilidade Agropecuária.*

Por outro lado, existem fins específicos da contabilidade que podem apresentar novas divisões, como é o caso da Contabilidade Gerencial, que é utilizada como instrumento para a administração das organizações.

A contabilidade bancária obedece aos mesmos preceitos seguidos pelas organizações comerciais e industriais, apresentando as mesmas necessidades de informação destas, como argumenta Purificação (1984:17):

*Qualquer que seja o ramo do negócio, a administração necessita de informações sempre constantes da posição financeira e patrimonial para lograr um nível de desenvolvimento, pelo menos satisfatório, da atividade desenvolvida. Essas informações, para que tenham significado íntimo com todo o patrimônio da empresa (seu conjunto de bens e direitos, o que as torna, portanto informações estreitamente relacionadas com as mutações patrimoniais) somente poderão existir no momento em que a empresa dispuser de um sistema contábil; ou na linguagem popular, se a empresa 'tiver sua contabilidade.*

Deve-se atentar para o fato de que a contabilidade bancária tem suas próprias características, o que implica numa legislação específica para disciplinar sua escrituração, como se pode verificar a título de exemplo, o prazo para o levantamento dos balanços e respectivo prazo de encerramento social como cita a Lei nº 4595, artigo 31: *"As instituições financeiras levantarão balanços gerais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional"*.

O artigo 59 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940 faz a mesma determinação quanto a este procedimento, assim como a Lei nº 6.404/76 conforme o artigo 300.

#### 4.1 Procedimentos estabelecidos pelo COSIF

A competência para expedir normas gerais de contabilidade a serem observadas pelas instituições financeiras foi delegada ao Banco Central do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional<sup>12</sup>, sendo que estas normas regulamentares estão em consonância com as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações, ou seja, devem ser observados os princípios fundamentais de contabilidade, cabendo à instituição:

- a. Adotar métodos e critérios uniformes no tempo, sendo que as modificações relevantes e a quantificação de seus efeitos sobre as demonstrações financeiras devem ser evidenciadas em notas explicativas, quando aplicáveis;
- b. Registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso, em respeito ao regime de competência;
- c. Proceder à apropriação mensal das rendas, até mesmo dos ganhos, lucros, despesas, perdas, mora, receitas e prejuízos, independentemente da apuração de resultado a cada seis meses;
- d. Apurar os resultados semestralmente, considerando todas as provisões e receitas, observando os períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro, para fins de publicação;

---

<sup>12</sup> Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

- e. Proceder às devidas conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos e mantê-las atualizadas, devendo a respectiva documentação ser arquivada por, pelo menos, cinco anos.

As normas e procedimentos, bem como as demonstrações financeiras padronizadas previstas no COSIF, são de uso obrigatório por:

- Bancos comerciais;
- Bancos de desenvolvimento;
- Caixas econômicas;
- Bancos de investimento;
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- Sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo;
- Sociedades de arrendamento mercantil;
- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio;
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- Cooperativas de crédito;
- Administradoras de consórcios;
- Bancos múltiplos;
- Fundos de investimento;

- Agências de fomento ou desenvolvimento;
- Instituições em liquidação extrajudicial;
- Companhias hipotecárias.

O objetivo do COSIF é uniformizar os registros, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do SFN, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle pelo Banco Central, de modo que as demonstrações financeiras expressem, com fidedignidade e clareza a real situação econômico-financeira da instituição. A Tabela 5 apresenta a estrutura do COSIF:

Tabela 5. Estrutura básica do COSIF.

CAPÍTULO 1:  Normas básicas	Descrevem os procedimentos contábeis específicos que devem ser observados pelas instituições financeiras, destacando as principais considerações sobre cada grupo de contas do balanço.
CAPÍTULO 2:  Elenco de contas	Objetivando a uniformidade com relação ao que dever ser registrado em cada conta do balanço, o elenco de contas apresenta o plano geral das contas das instituições financeiras, o que nelas deve ser registrado e como deve ser feita a movimentação a débito e a crédito.
CAPÍTULO 3:  Documentos	Apresenta todos os modelos de documentos contábeis que devem ser elaborados, remetidos ou publicados pelas instituições financeiras para atender às exigências do Banco Central.

Fonte: Banco Central do Brasil

A escrituração, fundamentada em comprovantes hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos, deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, a composição patrimonial da instituição financeira.

O fornecimento de informações inexatas, a falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso por período superior a 15 (quinze) dias, subseqüentes ao encerramento de cada mês, ou processados em desacordo com as normas do BACEN, colocam a instituição, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração, fiscal e semelhantes sujeitos a penalidades cabíveis, nos termos da Lei n. 4.595, de 1.964, e legislação complementar.

Quanto à atuação do responsável pela contabilidade, este deve observar os procedimentos legais, os princípios fundamentais de contabilidade, a ética profissional e o sigilo bancário, cabendo ao Banco Central providenciar comunicação ao órgão competente, sempre que forem comprovadas irregularidades, para a adoção de medidas cabíveis.

O exercício social tem, obrigatoriamente, duração de um ano, e a data de seu término, 31 de dezembro, deve ser fixada no estatuto ou contrato social.

A classificação das contas segue a mesma estrutura estabelecida pela Lei das Sociedades Anônimas.

Além desses critérios, a instituição pode adotar subtítulos de uso interno ou desdobrar os de uso oficial, por exigência do Banco Central ou em função de suas

necessidade de controle interno e gerencial, devendo, em qualquer hipótese, ser passíveis de conversão ao sistema padronizado.

Os critérios de avaliação e apropriação contábil para as instituições financeiras estão relacionados no COSIF, no capítulo 1: normas básicas.

Sejam operações contratadas com taxas prefixadas, pós-fixadas ou flutuantes, o critério é o do custo histórico como base de valor. As rendas e encargos representados por juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou de encargos contratados, no caso de taxas flutuantes, são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, *pro rata temporis*, mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples, bem como a apropriação em períodos inferiores há um mês.

As operações com cláusula de ajuste cambial são contabilizadas pelo contravalor em moeda nacional. Mensalmente, os ajustes decorrentes de variações cambiais, bem como os juros do período, calculados de acordo com as disposições contratuais são igualmente apropriados ao resultado, em razão da fluência de seus prazos, *pro rata temporis*, com a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples e apropriação em períodos inferiores há um mês.

Observação importante deve ser feita em relação às rendas e despesas a apropriar decorrentes de operações prefixadas – que, para fins de controle, devem ser registradas em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação – e ao critério para contagem de prazo para fins

de cálculo de encargos, quando deve ser incluído o dia do vencimento e excluído o dia da operação.

Além disso, o conhecido “*dia de aniversário*” é entendido como sendo aquele correspondente ao dia do vencimento, em qualquer mês, do título ou obrigação. Nos casos em que o dia da liberação não coincidir com o “dia do aniversário”, deve ser efetuado o cálculo complementar referente ao número de dias compreendido entre o “dia do aniversário” e o da liberação, a fim de aumentar ou reduzir a apropriação efetuada no primeiro mês.

Finalmente, destaca-se que, para fins de elaboração de balancetes mensais e balanços, as receitas e despesas devem ser computadas até o último dia do mês ou semestre civil, independentemente de ser útil ou não.

Os demonstrativos financeiros dos bancos seguem o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e podem ser obtidas no *site* da Comissão de Valores Mobiliários no caso de empresas ou instituições financeiras de capital aberto, ou nos sites dos bancos . Apesar das suas especificidades, os demonstrativos financeiros dos bancos, assim como os das outras empresas de capital aberto, têm cinco partes básicas:

1. Relatório da Administração – onde a administração do banco comenta o desempenho da instituição no período, destacando aspectos das operações e do cenário econômico.
2. Balanço Patrimonial – registro numérico da situação dos direitos (ativos) e obrigações (passivos) do banco em determinado momento. Os passivos do banco constituem os meios como o banco consegue recursos. Entre eles

podem ser citados os depósitos feitos pelos clientes, as cadernetas de poupança, CDI (Certificados de Depósitos Interbancários) e os empréstimos que o banco faz. Esses recursos são aplicados pelo banco e constituem grande parte de seus ativos. Dentre as opções de aplicações dos bancos podem ser citados as operações de créditos e leasing, as aplicações em títulos do governo, ações.

3. Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) - relaciona as receitas e as despesas do banco. Por ser uma empresa que não tem produtos físicos para vender, as receitas do banco têm nomes diferentes das demais empresas. Não há, por exemplo, receita de vendas. Nos custos e despesas ocorre o mesmo. O banco não tem, por exemplo, custo da mercadoria vendida.
4. Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) - mostra de onde vem o dinheiro e como ele é utilizado. Dentre as fontes mais comuns de recursos estão o lucro, o aumento dos depósitos ou outros passivos, recursos dos acionistas, ou diminuição de ativo (quando, por exemplo, o banco vende algum imóvel, ou diminui a carteira de ações). As aplicações são os aumentos no ativo (aumento da carteira de crédito ou aquisição de imóveis), investimentos (em tecnologia, reforma de agências), pagamento de dividendos, entre outros.
5. Notas Explicativas. Nesta parte são explicados alguns procedimentos contábeis e são dados os detalhamentos de algumas contas. Pode-se, por exemplo, encontrar nessa parte das demonstrações financeiras, entre outras informações, exatamente que atividades e empresas entram nas demonstrações.



## 5 A FISCALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

### 5.1 Incidência

A Constituição Federal vigente, na Seção III, que trata dos impostos de competência da União, estabelece em seu artigo 153:

*Art. 153 - Compete à União instituir imposto sobre: (...).*

*III - renda e proventos de qualquer natureza;*

*V - operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.*

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N., que foi implantado em 1966<sup>13</sup>, é o tributo menos cobrado e o que oferece maiores possibilidades de cobrança pelos municípios. Na medida em que o país se desenvolve, cresce o setor terciário da economia e, com isso, um imposto a incidir sobre a circulação de bens imateriais (serviços) pode vir a ocupar um lugar de destaque nas arrecadações municipais.

A obrigação tributária surge no momento que ocorre a concretização, na prática, da hipótese da incidência, ou seja, quando o fato prescrito em lei como gerador dessa obrigação se materializa. Exemplo: é fato gerador do I.S.S.Q.N. a prestação, por instituição financeira, com ou sem estabelecimento fixo, do serviço de cobrança de títulos de terceiros (item 95 da lista de serviço<sup>14</sup>). Quando a agência bancária faz a cobrança de um título para seu cliente, está praticando o fato gerador. Neste momento, ocorre a incidência do imposto, nasce a obrigação tributária. É o

---

<sup>13</sup> Emenda Constitucional n. 18.

<sup>14</sup> Lista de serviço anexa à Lei Complementar apresentada neste estudo no Anexo B.

instante em que se estabelece um vínculo jurídico entre duas pessoas, o sujeito ativo e o sujeito passivo.

A partir daí, o *sujeito ativo* (o município onde está localizada a agência bancária) pode exigir do *sujeito passivo* (a agência bancária) o cumprimento da obrigação tributária, pois a hipótese prevista na lei se concretiza. É nesse momento que ocorre a *sujeição passiva* da agência bancária para com o Poder Público. A Figura 4 abaixo esquematiza a prestação de serviço:

Figura 4. Esquematização da prestação de serviços.



A cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como *sujeito ativo* a entidade municipal, sendo balizada pelo Governo Federal, como dita a Constituição em no artigo 146<sup>15</sup>, desta forma o Decreto-lei 406/68 no artigo 9º

<sup>15</sup>Art. 146. Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

define o que é serviço<sup>16</sup> e conseqüentemente qual é *fato imponible* que será base para a cobrança por parte do governo municipal. E quanto aos serviços que as instituições financeiras, ou melhor, as agências bancárias devem se basear para recolher o dito imposto estão elencados nos itens 95 e 96 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 56/87:

*95 – cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protesto de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimentos e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);*

*96 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de Segunda via de avisos de lançamento de extrato de conta; emissão de carnês (neste item, não está abrangido o ressarcimento a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação de serviços).*

A cobrança deste tributo sofisticado, que tem fiscalização complexa e difícil, se torna quase inviável para a maioria dos pequenos municípios brasileiros. Quanto menor o município, pior serão as condições para que o fiscal tributário execute suas funções de forma eficiente devido à falta de conhecimentos contábeis e

---

<sup>16</sup> Tudo o que for cobrado em virtude da prestação de serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

principalmente sobre as instituições financeiras, mesmo sendo uma pequena agência bancária sediada no interior do país.

A área de fiscalização assume hoje importância cada vez maior dentro das administrações municipais, uma vez que nela se encontra uma das poucas possibilidades de incrementar a arrecadação. A arrecadação própria tem um potencial de crescimento que varia de município para município, mas que muitas vezes é explorada aquém das possibilidades.

Os fatores que contribuem para isto são vários, mas vão da legislação municipal até a falta de controle e de fiscalização sobre a arrecadação.

A maioria dos municípios nem mesmo solicita à instituição financeira o balanço de encerramento e nem o plano de contas utilizado como pode se observar na Figura 5 que apresenta o modelo de notificação preliminar para início de fiscalização da Prefeitura Municipal de Vinhedo – SP.

Figura 5. Notificação preliminar para início de fiscalização do ISS em uso na Prefeitura Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo.



# Prefeitura Municipal de Vinhedo

Secretaria da Fazenda - Seção de Administração Tributária - I.S.S.

Razão

Social/Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Atividade: \_\_\_\_\_

## NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Notificamos a firma supra para apresentação no prazo de 10(dez) dias consecutivos a contar da data do recebimento desta dos documentos abaixo relacionados, referente ao período de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_:

- Talões de N.F.de Serviços Prestados/ou Faturas;
- Livro de Registro de N.F.de Serviços Prestados;
- Livro de Registro de N.F.Fatura de Serviços Prestados;
- Livro de Recebimento de Impressos Fiscais e Termos de Ocorrências;
- Guias de Recolhimento no Município de Vinhedo;
- Contratos de Prestação de Serviços no Município de Vinhedo;
- Relação de contratados sob o regime de sub empreitada em obras realizadas no Município de Vinhedo e suas respectivas Guias de Recolhimento, se houver;
- Notas Fiscais de Materiais empregados em obras realizadas no Município de Vinhedo, se houver.

Como constitui infração ao disposto legal no art. 111 da Lei Municipal Nº 1246/84, lavramos a presente Notificação Preliminar.

Fica cientificado o notificado acima, que em se tratando de Notificação Preliminar o seu não cumprimento no prazo implicará na sua conversão automática em Auto de Infração e Multa no valor fixado pela legislação vigente e na abertura de Procedimento de Ação Fiscal conforme disposto no art. 196 do Código Tributário Nacional - Lei Federal 5172/66.

Vinhedo, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
FISCAL DE RENDAS

End: Rua Humberto Pescarini, 330-Centro-Vinhedo/SP. - CEP: 13280-000  
Fone; (019) 876.2500 - ramais 234 e 261.

De município para município a alíquota referente aos itens 95 e 96 da Lista de Serviços varia, cada Prefeitura procura adequar a cobrança de maneira diferente, como pode ser verificar na Tabela 6.

Tabela 6. Alíquotas do imposto sobre serviços de diversos municípios paulistas no ano de 2003 dos itens 95 e 96 da lista de serviços.

Município	Item 95 Cobrança e recebimento	Item 96 Instituições financeiras	Município	Item 95 Cobrança e recebimento	Item 96 Instituições financeiras
Águas de Lindóia	5%	3%	Marília	8%	8%
Americana	6%	6%	Mogi - Guaçu	3%	3%
Amparo	10%	4%	Mogi - Mirim	3,5%	3,5%
Araraquara	3%	3%	Monte Mor	3%	3%
Arthur Nogueira	2,5%	5%	Morungaba	3%	3%
Atibaia	5%	5%	Nova Odessa	5%	5%
Bragança					
Paulista	4%	4%	Paulínia	5%	5%
Campinas	5%	10%	Pedreira	4%	4%
Conchal	4%	4%	Piracicaba	5%	5%
Cosmópolis	10%	10%	Rafard	4%	4%
Hortolândia	5%	5%	Ribeirão Preto	5%	5%
Indaiatuba	5%	5%	Santa B. D'Oeste	2%	2%
Itapira	5%	5%	Santo A. da Posse	5%	5%
Itatiba	5%	5%	São Carlos	10%	10%
Itú	10%	10%	São Paulo	5%	5%
Jaguariauna	2%	2%	Serra Negra	4%	4%
Jarinú	10%	R\$ 700,90*	Socorro	2,5%	2,5%
Jundiaí	5%	5%	Sumaré	7%	7%
Limeira	4%	4%	Valinhos	10%	10%

\* Valor fixo referente ao semestre

Fonte: Secretarias da Fazenda dos municípios

## 5.2 Taxatividade da lista de serviços

Normalmente as instituições financeiras consideram que o enquadramento das contas contábeis enumeradas pela tributação para recolhimento de tributos municipais devem estar incluídas na lista de serviços anexa à Lei Complementar n. 56 de 15/12/87, e ainda, mencionam que a lista tem caráter “*taxativo*” e não “*exemplificativo*” não assim permitindo uma interpretação analógica por parte do fisco municipal.

A posição de afirmar que a lista de serviços é taxativa e não exemplificativa deixa de lado ou esquecem os contribuintes que seus planos de contas apresentam diferenças até mesmo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF)<sup>17</sup>, o que se dirá em comparação à lista de serviços em questão. Gaspar (1997) ao estudar esta mesma questão afirma que:

*O desenvolvimento vertiginoso e a produção incessante de bens e utilidades fazem com que cada vez seja maior o elenco de serviços oferecidos. É impossível ao legislador prever, em uma listagem, a imensa gama de novos serviços que surgem a todo o momento. O setor terciário da economia é, inequivocamente, o de maior crescimento”.*

Deve-se considerar que os planos de contas utilizados pelas instituições financeiras são extensos e a nomenclatura não obedece a contida na lista de serviços, o que logicamente não permitiria ao fiscal o enquadramento textual, ou “*gramatical*” das contas contábeis. Na mesma direção, pode-se verificar a ementa do Tribunal de Alçada do Paraná – Apelação Civil 0094585100 – Maringá – Juiz

---

<sup>17</sup> Conforme Circular nº 1.273 de 29-12-87 do Bacen e suas alterações.

Laurolaertes de Oliveira – Primeira Câmara Civil – Julgamento em 01/06/96 – Ac.:  
7134 – Publicada em 25/10/96:

*1. Tributário. - ISS – Imposto sobre Serviços. Atividade Bancária. (...) Irrelevância do nome dado ao serviço e lançado na contabilidade pelo banco (...) Serviços prestadas por instituições financeiras sujeitas ao ISS. (...) Irrelevante que a instituição para fins de lançamento em sua contabilidade utilize outro nome. O que importa é a natureza do serviço.*

É oportuno citar Moraes (1984) em sua conclusão sobre a “taxatividade” da lista de serviço: *“Embora taxativa, limitativa, a lista de serviços admite interpretação extensiva para as diversas atividades que enuncia. Cada item da lista abrange certas atividades, ali contidas de forma genérica, sem caráter específico rigoroso”.*

Para a aplicação do imposto, o serviço prestado pelo contribuinte deve ser analisado na sua verdadeira essência, a fim de enquadrá-lo no item da lista que melhor se adapte, fato somente possível quando conhecidas as características da atividade do contribuinte e do serviço gênero contido na lista de serviços. Da mesma forma entende Ichihara<sup>18</sup>:

*A lista de serviços anexa ao Decreto-Lei 406/68, com as alterações do Decreto-lei 834/69, não é taxativa, mas exemplificativa, havendo, assim, serviços relacionados na lista que, na realidade, não são serviços, como por exemplo, leasing, locação etc.*

Não é possível a interpretação literal da lista de serviço e menos ainda ao se tratar de serviços prestados por instituições financeiras, setor que acompanha o desenvolvimento tecnológico imposto pela globalização e em prol da competitividade modifica a todo o momento seus serviços, assim como seus títulos. Ataliba (1980:197) tem a seguinte posição para esta prática:



*"Interpretação" literal não é interpretação. É leitura de leigos. O pseudojurista, que a ela se entrega, nega a ciência do direito e desacata o direito positivo. A Moderna ciência do direito pelas diversas escolas se formaram para expô-la – já demonstrou a falácia do brocardo in claris non fit interpretatio.*

Corroborando esta posição, cita-se Tribunal de Alçada Civil do Rio de Janeiro – Apelação Civil 8314/94 – Registro 392-3 – Código 94.001.08314 – Juiz Gustavo A. K. Leite – Quarta Câmara Civil – Julgamento em 15/12/94:

*ISS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. O auto de infração está correto, porque se o banco organiza com inteira liberdade seu plano de contabilidade, utilizando nomenclatura própria, compete ao município, por meio de sua fiscalização pesquisar e dar interpretação as contas, nelas discernindo o que seja passível de incidência do ISS, sem que, todos os serviços apontados estão incluídos na lista anexa à legislação em vigor à época e se caracterizam pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros.*

Moraes (1984) é claro em sua análise e estudo:

*Da análise dos Textos Constitucionais e dos diplomas federais complementares, podemos declarar, sem dúvida, que é facultado às administrações locais, examinando as atividades econômicas desenvolvidas por seus contribuintes, proceder à sua inclusão na lei local.*

*Achamos e continuamos firmes no nosso entendimento de que o legislador federal, ao baixar as normas sobre o ISS, não o fez de forma exhaustiva, que excluísse qualquer outra conceituação emanada do poder competente.*

Assim sendo, a discussão sobre a "taxatividade" da lista de serviço tem cada vez mais sendo trocada pela análise do serviço prestado, evitando que interpretação literal seja usada como subterfúgio para o não recolhimento do imposto sobre serviços. Somente após análise individual das contas contábeis pode-se vislumbrar a existência do fato gerador do imposto ou não.

---

<sup>18</sup> Revista dos Tribunais n.º 19-20/106.

### 5.3 Tarifas bancárias

Os bancos têm obtido receitas crescentes ao cobrar pelos serviços prestados aos correntistas, como: a manutenção de contas, fornecimento de talões de cheques, extratos e respostas a consultas. O custo desses serviços é tão elevado que estão se tornando insuportáveis para muitos clientes.

A receita com essa prestação de serviços cresceu 607% acima da inflação, entre agosto de 1996 e junho de 2000. Em 1985, a receita desses serviços cobria 9 % da folha de pagamento, e em 1989, já suportava totalmente essa despesa. Apesar das altas tarifas, são freqüentes as reclamações quanto à qualidade dos serviços.

Por meio da Resolução nº 2.303, de 25.07.96, o Conselho Monetário Nacional (CMN) visando dar maior transparência à estrutura de custos do SFN, estabeleceu nova disciplina para cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC.

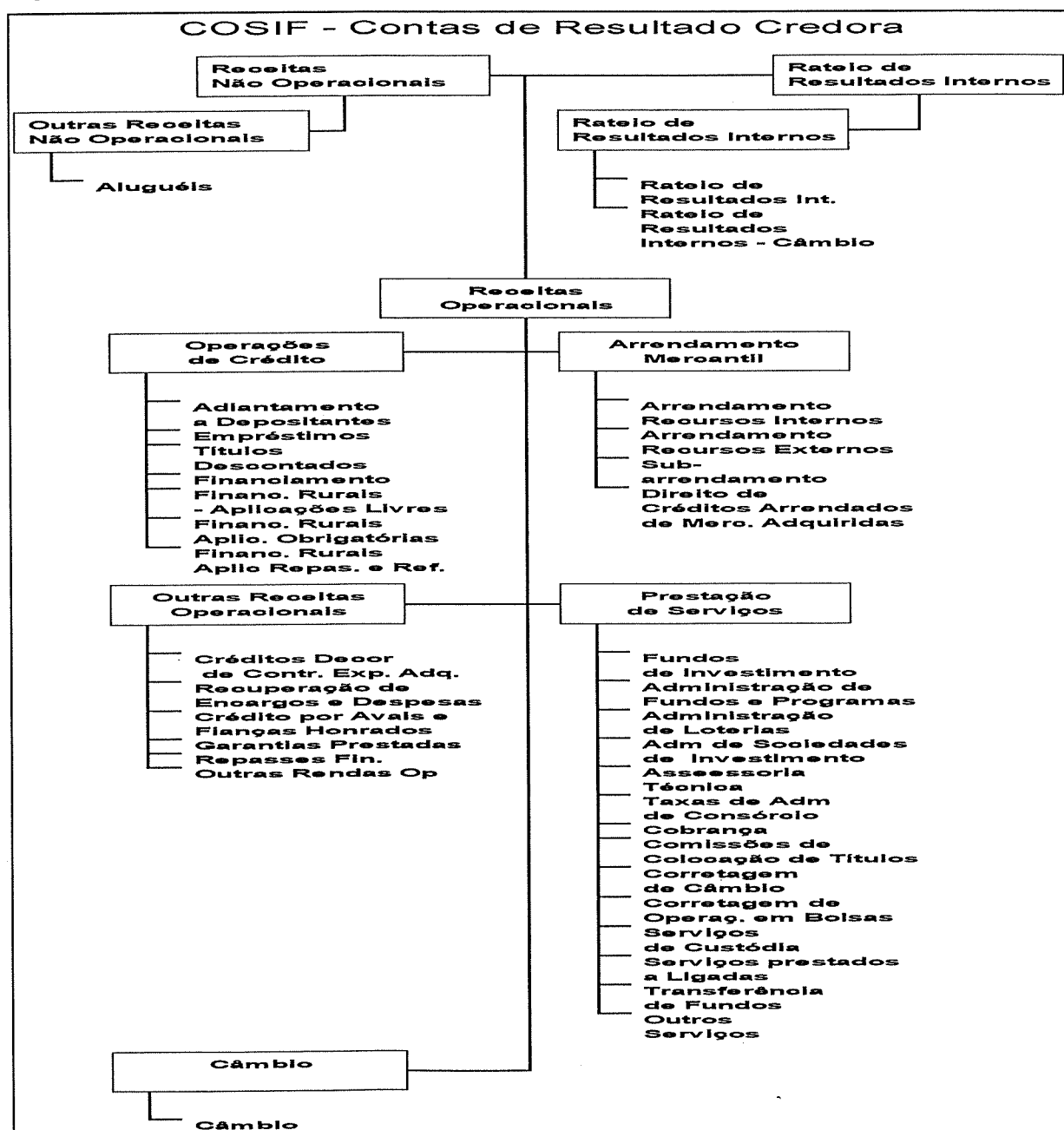
Uma amostra dos dez bancos detentores das maiores redes de agências no país, foi utilizada para demonstrar a importância da cobrança de tarifas para o segmento bancário. O critério de rede de agências foi eleito como o mais apropriado, pois, com ele, detecta-se as instituições que possuem maior penetração junto ao público em geral. Em dezembro de 1998, as dez instituições estudadas, possuíam, em conjunto, 11.076 agências distribuídas pelo país, o que representava, aproximadamente, 69% do total de agências. Outra evidência da representatividade da amostra é obtida pela constatação de que seus ativos representavam cerca de 56% do total de ativos da área bancária.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Fonte: Banco do Brasil. [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br).

A totalização das tarifas foi obtida pela soma dos saldos, ao final de junho e dezembro de cada ano, das rubricas Rendas de Cobranças e Rendas de Outros Serviços do COSIF. O objetivo dessas duas contas é registrar rendas de tarifas, portes e comissões por prestação de serviços diversos. A Figura 6 demonstra as Contas de Resultado Credoras conforme o COSIF:

Figura 6. Demonstração das contas de resultado credoras conforme o COSIF.



Fonte: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O total das receitas advindas da cobrança de tarifas era suficiente, em 1993, para cobrir apenas 6,07% das despesas administrativas. Em cinco anos, estas receitas passaram a cobrir mais de 27% de todas as despesas administrativas daquelas instituições. As receitas de tarifas que, em dezembro de 1993, representavam apenas 0,46% das receitas operacionais passaram a corresponder a 6,26% de toda a receita operacional das instituições em dezembro de 1998. Estes dados evidenciam a importância das tarifas bancárias que, de uma forma mais transparente, vieram substituir a transferência de renda, que ocorria da sociedade para o SFN.

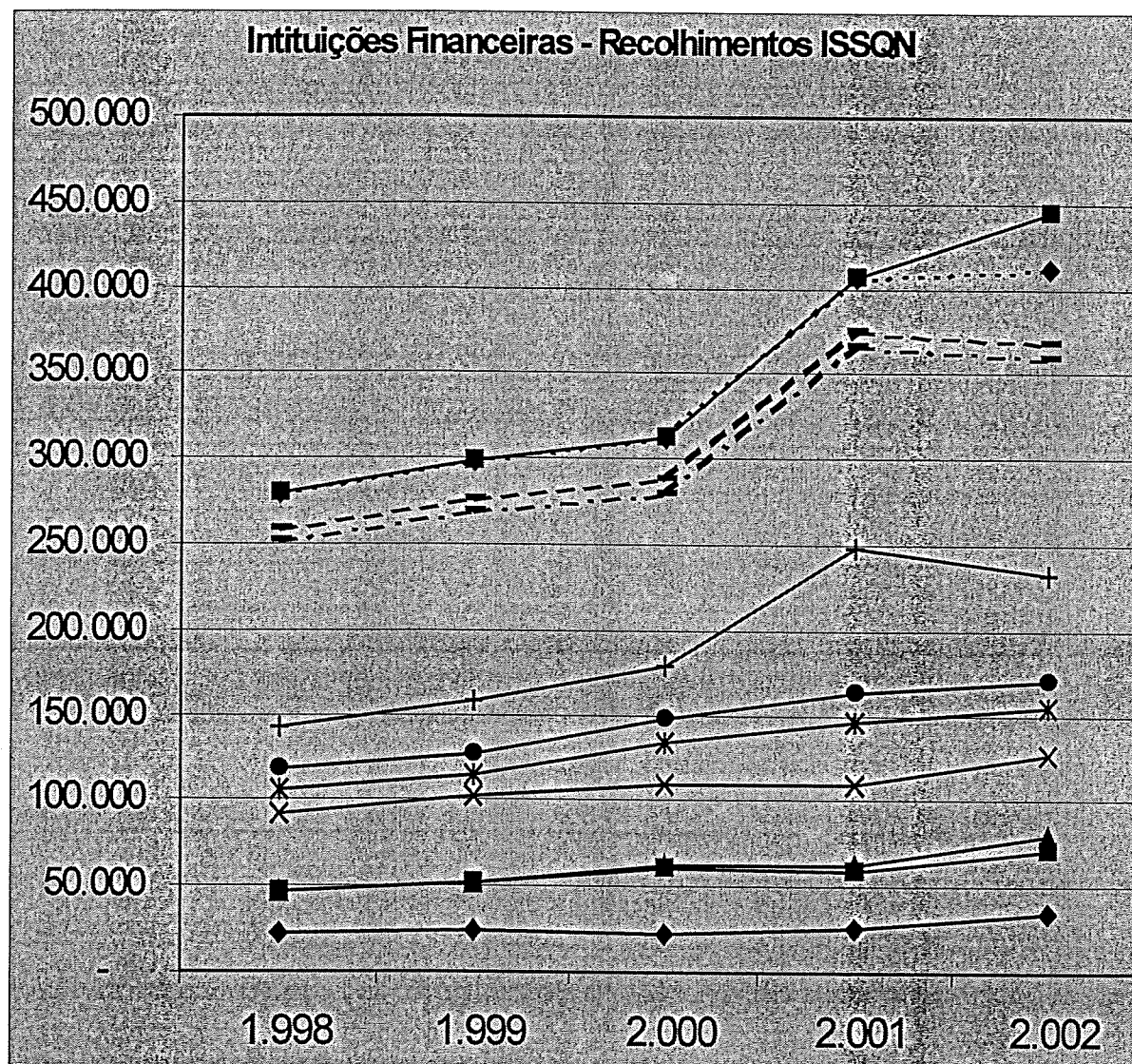
Este crescimento também pode ser sentido através do aumento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços, mas não de forma tão intensa como mostra a Tabela 7 e Gráfico 4 sobre o município de Valinhos e o comportamento da arrecadação das instituições sediadas naquele município:

Tabela 7. Comportamento da arrecadação do imposto sobre serviços nos últimos cinco anos das instituições financeiras sediadas no município de Valinhos-SP, em reais.

Período	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002
A	23.088	24.636	21.967	26.856	35.424
B	23.533	27.776	39.624	32.517	35.473
C			85	3.930	8.412
D	44.905	49.186	48.407	46.188	46.658
E	14.425	12.774	23.089	35.569	28.861
F	11.395	11.713	15.196	17.896	15.480
G	24.618	32.754	31.120	85.687	62.247
H	108.970	110.010	100.696	117.110	126.680
I	7.240	6.394	8.169	9.671	8.588
J	21.539	23.593	24.850	30.669	42.863
K					33.433

Fonte: Secretária da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos.

Gráfico 4. Comportamento do recolhimento do imposto sobre serviços das instituições financeiras sediadas no município de Valinhos, Estado de São Paulo, nos últimos cinco anos.



Fonte: Secretária da Fazenda da Prefeitura Municipal de Valinhos

#### 5.4 Análise de algumas receitas bancárias

##### Operações Ativas

Serviços prestados pelas instituições financeiras e que é discutida a sua tributação são as rendas de outros serviços – Operações Ativas. As instituições afirmam que esta conta refere-se a *“tarifas de abertura de crédito relativas às operações ativas realizadas pelo Banco, nas suas diversas carteiras”*. Enquanto que os municípios afirmam que estes serviços constam da lista de serviço no item 96<sup>20</sup>, mas o título utilizado é o de **elaboração de fichas cadastrais** como se visualiza abaixo o item 96 da Lista de Serviços:

*96 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de conta; emissão de carnês (neste item, não está abrangido o ressarcimento a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação de serviços). (grifo nosso)*

Gaspar (1997) define tarifa de ficha cadastral como: *“Função: registra a crédito os valores cobrados pela elaboração e distribuição de fichas cadastrais para efeito de empréstimos”*.

Niyama e Gomes (2000) fornecem os elementos para a definição dessa conta no COSIF, onde se pode verificar sua função e a sua base normativa na Tabela 8:

Tabela 8. Quadro analítico das Rendas de outros Serviços.

---

<sup>20</sup> Lista de Serviços anexa a Lei Complementar n. 56/87.

CONTA	TÍTULO
7.0.0.00.00-9	Contas De Resultado Credoras
7.1	Receitas Operacionais
7.1.7.00.00-9	Rendas De Prestação De Serviços
7.1.7.99.00-3	Rendas De Outros Serviços
Base Normativa: Circular BCB nº 1273	
Funcionamento: Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não e Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.	
<p>Função: Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões auferidas pela instituição, pela prestação de serviços diversos, para cuja escrituração não exista conta adequada, que constituam receita efetiva no período. Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Fornecimento de Segundas Vias de Documentos e Avisos de Lançamentos; Fornecimento de Extratos e Talonários; Comissões de Operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – EGF; Saneamento do Meio Circulante; Agente Fiduciário; Emissão de Cheques-Salário; Sustação de Pagamento de Cheques; Emissão e Renovação de Cartões Magnéticos; Consulta em Terminais Eletrônicos; Aluguel de Cofres; Elaboração e Atualização de Ficha Cadastral e Pagamentos e Recebimentos por Conta de Terceiros.</p>	

Fonte: NIYAMA, Jorge Katsumi, GOMES, Amaro Luiz de Oliveira. *Contabilidade de Instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

Consolidando esta posição que a conta deve ser tributada pelo imposto sobre serviços, verifica-se a seguinte jurisprudência: Tribunal de Alçada do Paraná –

Apelação Civil 10944000 –Curitiba – Juiz Jurandyr Júnior – Quarta Câmara Civil –  
Julgamento em 04.03/98 – Ac. 9209 – Publicada em 20/03/98:

*Tributário. Embargos. Execução Fiscal. Imposto Sobre Serviços – ISS. Competência do Município. Atividade Bancária.*

*(...)*

*Lista de Serviços. Enumeração Taxativa.*

*Impossibilidade de ser ampliada, comportando, porém Interpretação Ampla e Analógica.*

*Natureza do Serviço. Irrelevância do nome dado pelo contribuinte ao serviço, o que importa é a natureza deste. Incidência, ainda, que não prevista, especificamente, a atividade na Lista de Serviços.*

*Precedentes do Supremo Tribunal Federal.*

*Tarifa sobre operações ativas. Tarifa de manutenção de contas inativas, Ambas caracterizam prestação de serviços pela instituição bancária, Não se tratada alegada operação financeira ou contábil.*

*Outros Precedentes:*

*Tribunal de Alçada do Paraná – Apelação Civil 103653-5 –4ª Câmara – Relator Juiz Edevan Lopes.*

*Tribunal de Alçada do Paraná – Ação Civil 3222 – 7ª Câmara – Relator Juiz Mendonça de Anunciação.*

*Tribunal de Alçada do Paraná – Ação Civil 5754 – 8ª Câmara.*

### **Taxa de manutenção de conta corrente ou de poupança**

As contas contábeis classificadas como “*taxa de manutenção de conta corrente ou de conta poupança*” também são alvos de discordância quanto a incidência do imposto sobre serviços.



Os municípios consideram que estas contas são referentes a receitas cobradas de depositantes cujas contas tenham permanecido inativas por certo período, ou seja, taxa de serviço de manutenção cobradas dos clientes, não estando relacionadas com o depósito a vista, assim configurando prestação de serviço e enquadradas no item 96 da Lista de Serviço, item 96 anexa a Lei Complementar n. 56/87. Da mesma forma a jurisprudência anteriormente apresentada sustenta esta posição, assim como o quadro do COSIF demonstra a disposição contábil desta conta, e ainda pode-se corroborar com a seguinte jurisprudência 1º TACSP – 7ª C. – AC 336.180 – 05.11.1985 – RJTAC SP 100/121:

*Serviços de qualquer natureza – Cobrança de estabelecimento bancário por fichas cadastrais, contas inativas, talonários de cheques, outros serviços e Segunda via de avisos de lançamento – Incidência apenas em fichas cadastrais, contas inativas e Segunda via de avisos de lançamento – Tributo indevido quanto aos demais.*

*Segurança concedida em parte.*

Gaspar (1997) dá a seguinte definição de tarifa de manutenção de contas inativas: *“Função: registra a crédito os valores cobrados de depositantes cujas contas tenham permanecido inativas durante o período de 180 dias”.*

E ainda Gaspar explica mais profundamente o funcionamento deste item e confirma:

*Correntistas que não movimentam suas contas no período superior a 180 dias são debitados pelos serviços de manutenção de suas contas, ou seja, os bancos cobram dos clientes uma taxa por serviço de manutenção de seus registros.*

## Serviços de Custódia

As contas contábeis referentes aos serviços de custódia têm a mesma manifestação parte das instituições financeiras, mas que não acrescenta razão para sua não tributação. Na Tabela 9 pode-se verificar o seu enquadramento no COSIF:

Tabela 9. Quadro analítico das Rendas de Financiamentos.

CONTA	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
7.1.1.  70.00-0	Rendas De Financiamentos De Infraestrutura E Desenvolvimento	Registrar as rendas de financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular  BCB  nº 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não.  Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Fonte: NIYAMA, Jorge Katsumi, GOMES, Amaro Luiz de Oliveira. *Contabilidade de Instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

É de Gaspar (1997) a definição de renda de custódia:

*Função: Registra a crédito as receitas provenientes de remuneração pela prestação de serviços de custódia que abrangem: o depósito para a guarda (inclusive quando o serviço prestado for apenas este), o recebimento de dividendos e bonificações, resgate, amortização ou reembolso, e exercício de direitos de subscrição.*

Tem-se ainda o exposto dos tribunais quanto à rendas de custódia de títulos como pode se verificar pelo STF – 2ª T – RE 97804 – SP 26.06.84 – RTJ 111/696:

*Tributário. Imposto Sobre Serviços. Atividade bancária, custódia de títulos, elaboração de cadastro, expediente. Serviços sem autonomia própria, inseparáveis da atividade financeira, que não suscitam o imposto municipal sobre serviços. Exceção consignada na própria lei municipal para as instituições financeiras.*

### **Recuperação de encargos/despesas**

A conta contábil “recuperação – encargos/despesas” está localizada no COSIF na rubrica *Outras Receitas Operacionais* é alvo constante de discussões sobre a sua incidência do imposto.

O título da conta tem característica de uma conta que pode ter saldo oriundo de qualquer tipo. Observando-se que o artigo 9º do Decreto-lei 406/68 define preço do serviço como: *“tudo o que for cobrado em virtude da prestação de serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza”*.

A Tabela 10 apresenta o quadro demonstrativo das posições das contas no Plano Contábil oficial demonstra a correta localização dessa conta:

Tabela 10. Quadro analítico das Outras Receitas Operacionais

CONTA	TÍTULO
7.0.0.00.00-9	Contas De Resultado Credoras

7.1	Receitas Operacionais
7.1.9.00.00-5	Outras Receitas Operacionais
7.1.9.30.00-6	Recuperação De Encargos E Despesa
BASE NORMATIVA	Circular BCB nº 1273
FUNÇÃO	Registrar a recuperação de encargos e despesas, que constituam receita efetiva da instituição, no período. Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Ressarcimentos de despesas de telefone; Ressarcimentos de despesas de telex; Ressarcimentos de despesas de portes e telegramas; Recuperação de despesas de depósito e Recuperação de Multas da Compensação.
FUNCIONAMENTO	Creditada pelo valor dos encargos e despesas recuperados, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Fonte: NIYAMA, Jorge Katsumi, GOMES, Amaro Luiz de Oliveira. *Contabilidade de Instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

Com base em três levantamentos de fiscalização ocorridos na Prefeitura Municipal de Valinhos no ano de 2002, constata-se que a análise dos recolhimentos do imposto sobre serviços das instituições financeiras como base no COSIF apontou valores recolhidos a menor nos três levantamentos, como se apresenta nas Tabelas 11, 12 e 13:

Tabela 11. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco Itaú S/A relativo ao ano de 2000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS						ANO DE: 2.000		
SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DA RECEITA						MÊS DO CÁLCULO: dez-01		
FISCALIZAÇÃO DO I.S.S.Q.N						ALÍQUOTA: 5 %		
CONTRIBUINTE		BANCO ITAÚ S/A		Tipo: Não recolh. dos valores constantes no Balanço Patrimonial				
Item:	95 E 96 DA LISTA DE SERVIÇOS							
Conta	COSIF	Título	jan-00	fev-00	mar-00	abr-00	mai-00	jun-00
RDAS DE CL - CAIXA								
7119.0 01	7.1.1.03.00- 8	ADIANT. A DEPOSITANTES	152,1 6	195,61	315,58	565,47	565,47	565,47
7119.0 11	7.1.1.05.00- 6	EMPRÉSTIMOS	32,31	59,35	139,50	833,75	833,75	833,75
7119.0 21	7.1.1.10.00- 8	TITULOS DESCONTADOS	-	-	14.041, 82	14.041, 82	14.041,8 2	14.041, 82
7119.5 01	7.1.1.10.00- 8	ADIANT. A DEPOSITANTES	-	-	-	-	616,42	765,74
7119.5 02	7.1.1.10.00- 8	EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	412,54	997,42
7119.5 03	7.1.1.10.00- 8	TITULOS DESCONTADOS	-	-	-	-	1.610,57	1.610,5 7
RDAS SERV. DE CUSTÓDIA								
7295.0 13	7.1.7.70.00- 8	CHEQUE PRE DATADO	-	-	-	1,80	1,80	9,60
RDAS SERV. - CHEQUES								
7312.0 04	7.1.7.99.00. 3	EXLCUSÃO DO CCF	1.444, 46	2.653,6 4	3.661,6 4	4.941,6 4	6.260,46	7.572,4 6
RDAS SERV NÃO CONV.								
7315.0 04	7.1.7.99.00. 3	CDC/2 VIA INSTR LIB VEIC.	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	70,00
RECUP.-ENCARGOS/DESP.								
7353.0 01	7.1.9.30.00. 6	DIVERSAS	300,0 0	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
OUTRAS RDAS OPERAC.								
7391.0 03	7.1.9.99.00. 9	TAXA MANUT. - CTA. COR.	233,3 2	311,25	602,72	749,71	959,78	1.230,2 8
7391.0 04	7.1.9.99.00. 9	TAXA MANUT. - CTA. U. - PF	3.828, 00	7.551,0 0	11.247, 00	15.399, 00	19.554,0 0	23.679, 00
7391.0 05	7.1.9.99.00. 9	TAXA MANUT. - CTA. U. - PJ	475,0 0	959,50	1.415,5 0	1.833,5 0	2.261,00	2.688,5 0
7391.0 12	7.1.9.99.00. 9	TAXA MANUT. - CTA. POUP.	229,9 4	435,54	677,46	929,22	1.217,47	1.473,8 8
Total dos saldos contábeis			6.730, 19	12.500, 89	32.436, 22	39.630, 91	48.670,0 8	55.838, 49
(-) Saldo Mês anterior				6.730,1 9	12.500, 89	32.436, 22	39.630,9 1	48.670, 08
(=) Base de cálculo			6.730, 19	5.770,7 0	19.935, 33	7.194,6 9	9.039,17	7.168,4 1

Tabela 12. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco do Estado de São Paulo S/A relativo ao ano de 1998.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS								
SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DA RECEITA								
FISCALIZAÇÃO DO I.S.S.Q.N								
CONTRIBUINTE: Banco do Estado de São Paulo S/A								
Item	95 E 96 DA LISTA DE SERVIÇOS			Tipo: Não recolh. dos valores constantes no Balanço Patrimonial				
Con ta	CO SIF	Título	jan-98	fev-98	mar-98	abr-98	mai-98	jun-98
7.1.1.10.00.8		RDAS DE TÍT DESCONTADOS						
836830		DESCONTO DE DUPLICATAS	5.474,29	11.165,56	14.025,94	16.392,21	16.135,45	19.414,02
7.1.7.70.00.8		RDAS DE SERV DE CUSTÓDIA						
873985		RENDAS DE SERV DE CUSTÓDIA		-	-	13,50	-	-
7.1.7.99.00.3		RDAS DE OUTROS SERVIÇOS						
874419		TAR REC DE SAQUE/SAQUE SLIP	350,00	171,50	175,00	248,50	175,00	171,50
874420		TARIFA MANUAL-DEB CTA M MA		-	7,60	-	-	-
874462		TX UTIL CX INT P/CORRESP		182,00	-	-	-	-
874547		TAXAS VIST/FISCALIZAÇÃO					830,00	-
874575		CONTR/RENOVAÇÃO OP ATIVA	13.983,30	12.856,40	16.550,00	16.777,00	15.993,90	16.926,78
874576		CONTR OP ATIVAS- SCE	3.778,00	3.870,00	3.464,00	3.274,00	3.040,00	3.594,00
874577		TX ANALISE-MUT FIN-CRED IMOB		-	-	560,00	-	-
874603		PRIM EXTR SEMAN C/C	3.218,40	-	-	-	-	-
7.1.9.30.00.6		REC ENCARGOS E DESPESAS						
875750		RESS DESP COMUNIC-DIV	588,50	1.008,70	847,00	723,80	628,10	422,40
875755		RESS SALDOS DEV C/C AGILIZ	787,86	259,48	485,92	317,64	670,54	219,05
875815		RESS TX P/DEV COMP PAGTOS	2.079,15	2.258,55	5	0	5	1.740,95
875825		RESS DESP EXCLUSÃO CCF	208,20	208,20	666,24	791,16	582,96	520,50
7.1.9.70.00.4		RDAS DE GARANT PRESTADAS						
872320		RDAS GARANT PREST-OUT	442,59	180,00	450,00	747,59	90,00	693,91
7.1.9.99.00.9		OUTRAS RDAS OPERACIONAIS						
875946		CONTAS CORRENTES INATIVAS		91,80	56,47	131,25	66,31	94,61
875948		CONTAS DE POUP INATIVAS	69,38	51,96	94,04	86,92	46,67	55,14
876067		DIF COMPENS AUTORIZADAS						
		Total dos saldos contábeis	30.979,67	32.304,15	39.302,26	42.048,37	40.299,48	43.852,86
		( - ) Saldo Mês anterior		-	-	-	-	-
		( = ) Base de cálculo	30.979,67	32.304,15	39.302,26	42.048,37	40.299,48	43.852,86

Tabela 13. Levantamento de fiscalização da Prefeitura de Valinhos, referente ao Banco HSBC BANK Brasil- Banco Múltiplo relativo ao ano de 2000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS								
SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DA RECEITA						ANO DE: 2.000		
FISCALIZAÇÃO DO I.S.S.Q.N						MÊS DO CÁLCULO: jan-02		
CONTRIBUINTE:			HSBC BANK Brasil - Banco Múltiplo				ALÍQUOTA: 5%	
Item:	95 E 96 DA LISTA DE SERVIÇOS		Tipo: Não recolhim. dos valores constantes no Balanço Patrimonial					
Conta	COSIF	Título	jan-00	fev-00	mar-00	abr-00	mai-00	jun-00
50.03	RECEITA DE TÍTULOS DESCONTADOS - CARTEIRA COMERCIAL							
50.03.0 1-6	7.1.1.10.00- 8	Pessoas Físicas - Outras	26,66	26,66	26,66	253,46	462,02	760,90
50.03.0 5-9	7.1.1.10.00- 8	Indústrias - Setor privado	4.077,64	8.537,21	19.554,6 6	29.064 ,83	41.280,2 5	51.389,7 5
50.03.0 7-5	7.1.1.10.00- 8	Comércio - Setor privado	915,46	1.572,70	2.827,90	4.940, 86	8.200,85	12.509,4 0
50.03.4 1-5	7.1.1.10.00- 8	Outros Serviços - Setor privado	67,95	160,64	331,10	695,11	1.313,32	2.057,13
50.73	RENDAS TARIFAS ISENTAS							
50.73.0 1-4	7.1.9.99.00- 9	Contas corrente inativas	35,70	55,70	106,89	106,89	211,89	287,47
Total dos saldos contábeis			5.123,41	10.352,9 1	22.847,2 1	35.061 ,15	51.468,3 3	67.004,6 5
(-) Saldo Mês anterior				5.123,41	10.352,9 1	22.847 ,21	35.061,1 5	51.468,3 3
( = ) Base de cálculo			5.123,41	5.229,50	12.494,3 0	12.213 ,94	16.407,1 8	15.536,3 2

Estes levantamentos efetuados pelos fiscais da Prefeitura Municipal de Valinhos apontam discrepâncias entre o valor declarado pela instituição e o valor analisado pelos mesmos. Pode-se verificar que os fiscais utilizaram o número da conta constante do COSIF para o enquadramento correto das rendas auferidas pelas instituições.

Visando contribuir com a administração financeira dos municípios brasileiros é apresentado a Tabela 14 que é um modelo para o levantamento de informações nos trabalhos de fiscalização do imposto sobre serviços das instituições financeiras bancárias e que deve ser utilizada em conjunto com o Anexo B – Função das Contas de Resultado Credoras.

Tabela 14. Modelo recomendado para a fiscalização do Imposto sobre serviços das instituições financeiras bancárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE			ANO DE:					
SECRETARIA DA FAZENDA – DEPTO DA RECEITA			MÊS DO CÁLCULO:					
FISCALIZAÇÃO DO I.S.S.Q.N.			ALÍQUOTA:					
<b>ANÁLISE DO RECOLHIMENTO DO ISSQN DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>								
CONTRIBUINTE:								
ITENS 95 E 96 DA LISTA DE SERVIÇOS			Tipo: Não recolhimento dos valores constantes no Balanço Patrimonial					
Conta	COSIF	Título	Período ( ) 1º Semestre ( ) 2º Semestre					
			Jan/jul	Fev/Ago	Mar/set	Abr/out	Mai/nov	Jun/dez
Total dos saldos contábeis								
(-) Saldo Mês anterior								
(=) Base de cálculo								
Imposto apurado								



## CONCLUSÕES

Os municípios são a base administrativa do poder público no Brasil, onde são tomadas as decisões que afetam a vida dos munícipes que neles habitam e trabalham.

A arrecadação municipal é um dos principais facilitadores para a melhoria de qualidade de vida destes munícipes por parte do poder público. Nos últimos anos os municípios brasileiros têm sofrido significativa diminuição nas transferências intergovernamentais da União e do Estado. Parte desta diminuição é originada das alterações ocorridas com a Constituição de 1988.

As prefeituras necessitam aumentar sua receita própria, ou seja, a receita originada dentro de seus limites políticos para continuar a desempenhar suas funções sociais. Para dar continuidade a estas funções é preciso formar um quadro de funcionários eficientes na tributação e fiscalização de seus impostos e taxas, como também é necessário que a legislação acompanhe o desenvolvimento tecnológico de seus contribuintes.

O imposto sobre serviços é um dos principais componentes da receita própria municipal. Sua tributação e fiscalização estão aos cuidados dos fiscais municipais e sua incidência é sobre os fatos geradores ocorridos dentro dos limites municipais (com exceção dos serviços relacionados com a construção civil).

As instituições financeiras bancárias estão presentes em todos os municípios brasileiros e sua importância para o desenvolvimento das regiões é notória. As

atividades de financiamento são extremamente necessárias para o crescimento econômico nacional.

Também a movimentação financeira das agências bancárias é volumosa, o que as torna grandes contribuintes do imposto sobre serviços dos municípios em que estão sediadas.

Constatou-se durante o estudo que, devido à legislação antiga, que não acompanhou o desenvolvimento tecnológico das instituições bancárias, e também devido ao pouco conhecimento dos agentes tributários dos municípios a respeito da contabilidade bancária, a fiscalização do imposto sobre serviços não pode ser realizada de forma eficiente e que estas deficiências originaram inúmeras discussões judiciais, ora a favor dos bancos, ora a favor dos municípios.

A utilização do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) na fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza das receitas obtidas pelas instituições financeiras pode otimizar a arrecadação como se verificou em exemplos de levantamentos realizados no município de Valinhos. Seu uso permite ao setor de fiscalização municipal identificar as receitas bancárias que estão relacionadas à prestação de serviços.

Este estudo contribuiu para a solução do problema: *“Como otimizar a arrecadação do imposto sobre serviços das instituições financeiras bancárias sediadas nos municípios provendo a administração financeira municipal de maior eficácia na fiscalização?”*.

A hipótese nula:  $H_0 : \mu_{\text{uso do COSIF}} \neq \mu_{\text{não uso do COSIF}}$  demonstra que a utilização do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

(COSIF) proporciona informações suficientes para otimizar a arrecadação do imposto sobre serviços nas instituições financeiras bancárias, então este é o instrumento correto para a fiscalização destes contribuintes. Isto se deve a vários aspectos, entre os quais:

- Quanto suas características: Identificação correta da receita auferida pela instituição financeira, individualização das receitas, confirmação do valor auferido pela instituição através do balanço semestral e guia para o processo de fiscalização.
- Quanto aos modelos alternativos utilizados pela maioria dos municípios, que dependem do preenchimento pela própria instituição, sua substituição ou uso em complementação a estes modelos permite a confirmação dos valores declarados como base de cálculo do imposto e recolhidos aos cofres do erário público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGÉLICO, João. *Contabilidade pública*. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1994.

ALMEIDA E SILVA, Francisco de. ROCHA, Fábio Guimarães. *Modelos de previsão de arrecadação do ISS*. IBAM MUNICÍPIOS. Revista de administração municipal n. 236. Ano 47. São Paulo: IBAM, agosto de 2002.

ATALIBA, Geraldo. *Estudo e pareceres de direito tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional e circulares*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>> Acesso em: 10 de abril de 2003.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, *Código federal, código comercial, código tributário nacional*. Organizadora do código comercial Vera Helena de Mello Franco, organizador do código tributário nacional Roque Antonio Caraza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto Lei 2627, de 26 de setembro de 1940.

BRASIL. Decreto Lei 406, de 31 de dezembro de 1968.

BRASIL. Emenda Constitucional 18, de 01 de dezembro de 1965.

BRASIL. Lei 4320, de 17 de março de 1964.

BRASIL. Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964. (Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional).

BRASIL. Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

BRASIL. Lei 9447, de 14 de março de 1997.

BRASIL. Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000.

BRASIL. Lei Complementar 56, de 15 de dezembro de 1987.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

BRASIL, *Lei de responsabilidade fiscal: lei complementar 101, de 4/5/2000: lei 10.028, de 19/10/2000: crimes contra as finanças públicas*. Coordenação Cerdônio Quadros e Marcello Rodrigues Palmieri. São Paulo: NDJ, 2000.

BRASIL. Medida Provisória 1182, de 11 de julho de 1995.

BRITO, Osias Santana de. *Controladoria de Risco: retorno em instituições financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMPELLO, Carlos A. G. B. MATIAS, Alberto Borges. *Administração financeira municipal*. São Paulo, Atlas, 2000.

COLLI, Alexandre, FONTANA, Marino. *Contabilidade Bancária*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1.994.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. *Instruções para as instituições financeiras*. Disponível em: <[http: www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) > Acesso em 15 de Abril de 2003.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN. *Resoluções*. Disponível em ([http: www. bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)) Acesso em abril de 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade tributária*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2001.

FGV/EAESP. *Manual de orientação para crescimento da receita própria municipal*. KHAIR, Antônio Amir. VIGNOLI, Francisco Humberto. (coordenadores) São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 12. ed., ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. Coordenador técnico: Eliseu Martins. 5 a ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. *O município em perguntas e respostas*. São Paulo: Malheiros, 1997.

GASPAR, Walter. *ISS teoria e Prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1997.

LOURENÇO, Américo, LACOMBE, Masset. *Princípios Constitucionais Tributários*. São Paulo: Malheiros, 1996.

MANGIERI, Francisco Ramos. *ISS: teoria, prática e questões polêmicas/ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza*. Bauru-SP: Edipro, 2001.

MARION, José Carlos. DIAS, Reinaldo. TRALDI, Maria Cristina. *Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. *Manual do imposto sobre serviços*. 3. ed. Atual., ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Finanças Municipais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

MELO, José Eduardo Soares de. *Aspectos teóricos e práticos do ISS*. São Paulo: Dialética, 2000.

MORAES, Bernardo Ribeiro. *Doutrina e Prática do imposto sobre serviços*. 1. ed., 3 a tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

NIYAMA, Jorge Katsumi, GOMES, Amaro Luiz de Oliveira. *Contabilidade de Instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Martins de. et al. *Manual de contabilidade tributária*. São Paulo: Atlas, 2002.

PARADA, Américo. *Comentários ao COSIF*. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br>> Acesso em 10 de abril de 2003.

PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto da. *Contabilidade bancária*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, José Evaristo dos. *Mercado Financeiro brasileiro: instituições e instrumentos*. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monográficas, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas, 2003.

VALE, Angelita de Almeida. SANTOS, Ailton. *ISS: comentários e jurisprudência*. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Isto, 2002.

## **ANEXO A - LISTA DOS SERVIÇOS SUJEITOS AO ISSQN<sup>21</sup>**

- 1** - Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrassonografia, radiologia, tomografia e congêneres.
- 2** - Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontossocorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.
- 3** - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.
- 4** - Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).
- 5** - Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.
- 6** - Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.
- 7** - (Vetado)
- 8** - Médicos Veterinários.
- 9** - Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.
- 10** - Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.

---

<sup>21</sup> Com redação da LC nº 56, 15.12.1987 (itens 1 a 100) e LC nº 100, de 22.12.99 (item 101).



- 11** - Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento da pele, depilação e congêneres.
- 12** - Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas, congêneres.
- 13** - Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.
- 14** - Limpeza e dragagem de portos, rios e canais.
- 15** - Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.
- 16** - Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.
- 17** - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.
- 18** - Incineração de resíduos quaisquer.
- 19** - Limpeza de chaminés.
- 20** - Saneamento ambiental e congêneres.
- 21** - Assistência técnica.
- 22** - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa.
- 23** - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
- 24** - Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.

- 25** - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres.
- 26** - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 27** - Traduções e interpretações.
- 28** - Avaliações de bens.
- 29** - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.
- 30** - Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.
- 31** - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento, topografia.
- 32** - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 33** - Demolição.
- 34** - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 35** - Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural.
- 36** - Florestamento e reflorestamento.
- 37** - Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.
- 38** - Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS).

- 39 - Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.
- 40 - Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza.
- 41 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 42 - Organização de festas e recepções: Buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 43 - Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio.
- 44 - Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 45 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada.
- 46 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 47 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.
- 48 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring) - (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 49 - Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres.

- 50** - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48.
- 51** - Despachantes.
- 52** - Agentes da propriedade industrial.
- 53** - Agentes da propriedade artística ou literária.
- 54** - Leilão.
- 55** - Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.
- 56** - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 57** - Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.
- 58** - Vigilância ou segurança de pessoas e bens.
- 59** - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município.
- 60** - Diversões públicas:
- a) Cinemas, "táxi dancing's" e congêneres;
  - b) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
  - c) Exposições, com cobrança de ingresso;

- d) Bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;
  - e) Jogos eletrônicos;
  - f) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;
  - g) Execução de música individualmente ou por conjuntos.
- 61 -** Distribuição e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.
- 62 -** Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).
- 63 -** Gravação e distribuição de filmes e video-tapes.
- 64 -** Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.
- 65 -** Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.
- 66 -** Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.
- 67 -** Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.

- 68** - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).
- 69** - Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS).
- 70** - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS).
- 71** - Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.
- 72** - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.
- 73** - Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.
- 74** - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 75** - Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 76** - Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.
- 77** - Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia.

- 78** - Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 79** - Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.
- 80** - Funerais.
- 81** - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 82** - Tinturaria e lavanderia.
- 83** - Taxidermia.
- 84** - Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.
- 85** - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação).
- 86** - Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádios e televisão).
- 87** - Serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios; movimentação de mercadoria fora do cais.
- 88** - Advogados.
- 89** - Engenheiros, Arquitetos, Urbanistas e Agrônomos.
- 90** - Dentistas.

**91 - Economistas.**

**92 - Psicólogos.**

**93 - Assistentes Sociais.**

**94 - Relações Públicas.**

**95 - Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).**

**96 - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento a instituições financeiras, de gastos com portes do correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços).**

**97 - Transporte de natureza estritamente municipal.**



- 98** - Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.
- 99** - Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres, (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviços).
- 100** - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.
- 101** - Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Lei Complementar nº 100/99.

## ANEXO B - FUNÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO CREDORAS<sup>23</sup>

SUB GRUPO: 7.1 Receitas Operacionais

Classificação: 7.1.1.00.00 - Rendas De Operações De Crédito

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
03.00-8	RENDAS DE ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES	Registrar as rendas de adiantamentos a depositantes, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
05.00-6	RENDAS DE EMPRÉSTIMOS	Registrar as rendas de empréstimos, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>23</sup> Fonte: Banco Central do Brasil – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-8	RENDAS DE TÍTULOS DESCONTADOS	Registrar as rendas de títulos descontados, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular. BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
15.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS	Registrar as rendas de financiamentos, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>24</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
18.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS A AGENTES FINANCEIROS	Registrar as rendas de financiamento a agentes financeiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>24</sup> A instituição deve adotar desdobramentos de uso interno para identificar as rendas sobre cada um dos fundos, programas ou linhas de crédito.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
20.00-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO	Registrar as rendas de financiamento à produção para exportação, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
23.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE MOEDAS ESTRANGEIRAS	Registrar as rendas decorrentes de financiamentos em moedas estrangeiras, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Carta-Circular BCB 2437 1X	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
25.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS COM INTERVENIÊNCIA	Registrar as rendas de operações de financiamento com interveniência, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
35.00-7	RENDAS DE REFINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO	Registrar as rendas de refinanciamentos de operações de arrendamento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
40.00-9	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS – APLICAÇÕES LIVRES	Registrar as rendas de financiamentos rurais, quando representadas por aplicações livres, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
45.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS – APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS	Registrar as rendas de financiamentos rurais, quando representados por aplicações compulsórias, que constituam receita efetiva da instituição no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
50.00-6	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS – APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS	Registrar as rendas de financiamentos rurais - aplicações repassadas e refinanciadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
52.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL	Destina-se ao registro das rendas de financiamentos assumidos pela União, nas condições estabelecidas pela Lei n. 8.727, de 05/11/93, e regulam. Complementar.	Circular BCB 2960	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
55.00-1	RENDAS DE FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS	Registrar as rendas de financiamentos agro-industriais, que constituam receita efetiva da instituição no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
60.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	Registrar as rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
65.00-8	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	Registrar as rendas de financiamentos habitacionais, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
70.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	Registrar as rendas de financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
80.00-7	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES	Registrar as rendas de direitos por empréstimos de ações, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
85.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE CONTA MARGEM	Registrar as rendas de financiamentos de conta margem, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
90.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DO PROCAP	Registrar as rendas de financiamentos do PROCAP, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.



Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
92.00-2	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE OURO	Registrar as rendas com ajustes dos contratos de mútuo de ouro, assim como os rendimentos decorrentes desses contratos, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Carta-Circular BCB 2380 art. 1º	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.2.00.00.4 - Rendas De Arrendamento Mercantil

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-1	RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS- RECURSOS INTERNOS	Registrar as rendas de arrendamento mercantil financeiro realizado com recursos internos.	Circular BCB 1273; e Carta-Circular 2801 14.	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
15.00-6	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS – RECURSOS INTERNOS	Registrar as rendas de arrendamento mercantil operacional realizado com recursos internos.	Carta-Circular BCB 2801 11	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
20.00-8	RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS – RECURSOS EXTERNOS	Registrar as rendas de arrendamento mercantil financeiro realizado com recursos externos.	Circular BCB 1273; Carta- Circular BCB 2801 14.	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
25.00-3	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS – RECURSOS EXTERNOS	Registrar as rendas de arrendamento mercantil operacional realizado com recursos externos.	Carta- Circular BCB 2801 12	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
30.00-5	RENDAS DE SUBARRENDAMENTOS	Registrar as rendas de operações de subarrendamento s, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
60.00-6	LUCROS NA ALIENAÇÃO DE BENS ARRENDADOS	Registrar os lucros apurados na venda do valor residual de bens arrendados, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>25</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos lucros auferidos, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.3.00.00-7

Rendas De Câmbio

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-4	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO	Registrar as rendas decorrentes de operações de câmbio, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>26</sup>	Circular BCB 2106 An. I	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.

<sup>25</sup> SUBTÍTULO: 7.1.2.60.10-9 Arrendamento financeiro

<sup>26</sup> Exemplos de desdobramentos de uso interno que se ajustam à função desta conta: De ACC, De ACE, De Cobrança sobre o Exterior, De Créditos de Exportação, Bonificações sobre Vendas de Câmbio de Importação, De Cobranças do Exterior, De Créditos de Importação, De Financiamentos a Importação, Comissões sobre Transferências, Bonificações em Operações Interbancárias. De Prorrogação sobre Contratos de Câmbio, Outros. SUBTÍTULOS: 7.1.3.10.10-7 Exportação, 7.1.3.10.20-0 Importação, 7.1.3.10.30-3 Financeiro e 7.1.3.10.90-1 Outras.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
20.00-1	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO – TAXAS FLUTUANTES	Registrar as rendas decorrentes de operações de câmbio, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 2106 Anexo I	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.
30.00-8	RENDAS DE VARIAÇÕES E DIFERENÇAS DE TAXAS	Registrar o valor das variações entre compras e vendas apuradas em operações de câmbio (taxas livres).	Circular BCB 2106 e Carta- Circular BCB 2541 16 I.	Creditada pelo valor das variações e diferenças de taxas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.
50.00-2	RENDAS DE VARIAÇÕES E DIFERENÇAS DE TAXAS - TAXAS FLUTUANTES	Registrar o valor das variações e diferenças de taxas entre compras e vendas apuradas em operações de câmbio (taxas flutuantes).	Circular BCB 2106; Carta- Circular BCB 2541 16 I.	Creditada pelo valor das variações e diferenças de taxas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
70.00-6	RENDAS DE DISPONIBILIDADES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	Registrar o valor das rendas decorrentes da variação da taxa de câmbio, em consequência da manutenção de disponibilidades em moedas estrangeiras.	Carta-Circular BCB 2541 1 II, 9.	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.4.00.00-0 Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-7	RENDAS DE APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	Registrar as rendas de aplicações em operações compromissadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>27</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
20.00-4	RENDAS DE APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	Registrar as rendas de depósitos interfinanceiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>27</sup> SUBTÍTULOS: 7.1.4.10.10-0 Posição Bancada 7.1.4.10.20-3 Posição Financiada

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
40.00-8	RENDAS DE APLICAÇÕES VOLUNTÁRIAS NO BANCO CENTRAL	Registrar as rendas de aplicações voluntárias no Banco Central, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.5.00.00-3 Rendas De Títulos E Valores Mobiliários

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-0	RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA	Registrar as rendas de títulos de renda fixa, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>28</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço na apuração do resultado.

<sup>28</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Letras do Banco Central, Letras do Tesouro Nacional, Obrigações do Tesouro Nacional, Títulos Estaduais e Municipais, Certificados de Depósito Bancário, Letras de Câmbio, Letras Hipotecárias, Letras Imobiliárias, Debêntures, Obrigações da Eletrobrás, Títulos da Dívida Agrária, Cédulas Hipotecárias, Cotas de Fundos de Renda Fixa e Outros

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
15.00-5	RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR	Registrar as rendas de aplicações em títulos e valores mobiliários, no exterior.	Carta- Circular BCB 2719 1,2	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
20.00-7	RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	Registrar as rendas de títulos de renda variável, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>29</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
30.00-4	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Registrar as rendas de participações societárias mantidas pela instituição, pertencentes ao período em curso.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas da espécie, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>29</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Ações de Companhias Abertas, Ações de Companhias Fechadas, Cotas de Fundos de Renda Variável e Outros

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
40.00-1	RENDAS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO	Registrar as rendas de fundos de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>30</sup>	Carta-Circular BCB 2150 art. 1º	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
50.00-8	RENDAS DE APLICAÇÕES NO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Registrar as rendas do Fundo de Desenvolvimento Social, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Carta-Circular BCB 2150 art. 1º	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
60.00-5	RENDAS DE APLICAÇÕES EM TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Registrar as rendas de aplicações em títulos de desenvolvimento econômico, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Carta-Circular BCB 2.164 art. 1º	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>30</sup> Exemplos de subtítulos de uso interno: Fundos de Aplicação Financeira, Fundos Mútuos de Renda Fixa e Outros



Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
70.00-2	RENDAS DE APLICAÇÕES EM OURO	Registrar os ajustes positivos nas aplicações temporárias em ouro, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Carta-Circular BCB 2.380 - art. 1º	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
75.00-7	LUCROS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA	Registrar os lucros apurados na venda definitiva de títulos de renda fixa.	Carta-Circular BCB 2779 1, dois.	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
80.00-9	LUCROS EM OPERAÇÕES COM ATIVOS FINANCEIROS E MERCADORIAS	Registrar o valor dos lucros apurados em operações com ativos financeiros e mercadorias, nos mercados a termo, futuro e de opções, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>31</sup>	Circular BCB 2278 art. 1º; 2379 art. 1º § 8º; 2541 12 e 2754 1, 7.	Creditada pelo valor dos lucros auferidos, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.7.00.00-9 Rendas De Prestação De Serviços

<sup>31</sup> Consideram-se operações de "hedge" a compra e a venda realizadas nos mercados organizados de liquidação futura de taxas de juros, câmbio e ouro que, travadas com ativos ou operações de renda fixa, de câmbio e com ouro, buscam minimizar o risco decorrente das variações de preços. Os contratos correspondentes às operações devem ser registrados nos adequados títulos patrimoniais e segregados em subtítulos de uso interno. Devem ser segregadas nos respectivos subtítulos as receitas das operações de "hedge" realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central nos mercados organizados de liquidação futura de taxas de juros, câmbio e ouro. No subtítulo Outros, registram-se as receitas de operações nos mercados organizados de liquidação futura não enquadradas nos subtítulos específicos. No subtítulo "Swap", registra-se as rendas resultantes de operações de "swap". SUBTÍTULOS: .1.5.80.10-2 "Hedge" de Taxas de Juros, 7.1.5.80.20-5 "Hedge" de Câmbio, 7.1.5.80.30-8 "Hedge" de Ouro, 7.1.5.80.40-1 "Swap", 7.1.5.80.50-4 Intermediação de "Swap" 7.1.5.80.90-6 Outros

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-6	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	Registrar as rendas de serviços de administração de fundos de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
15.00-1	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS	Registrar as rendas de administração de fundos e programas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
20.00-3	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE LOTERIAS	Registrar as rendas de administração de loterias, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
25.00-8	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	Registrar as rendas de serviços de administração de sociedades de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
30.00-0	RENDAS DE ASSESSORIA TÉCNICA	Registrar as rendas de assessoria técnica, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
35.00-5	RENDAS DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS	Registrar as rendas de taxas de administração de consórcios das sociedades administradoras de consórcios.	Circular BCB 2009	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
40.00-7	RENDAS DE COBRANÇA	Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões por prestação de serviço de cobrança, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
45.00-2	RENDAS DE COMISSÕES DE COLOCAÇÃO DE TÍTULOS	Registrar as rendas de tarifas e comissões pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários por conta e ordem de terceiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
50.00-4	RENDAS DE CORRETAGENS DE CÂMBIO	Registrar as rendas de serviços prestados a terceiros na contratação de operações de câmbio, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
55.00-9	RENDAS DA ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS REDESCONTADOS	Destina-se ao registro da comissão - Del credere - relativa a administração de ativos redescontados junto ao Banco Central do Brasil, que deve ser apropriada em razão do prazo contratual.	Carta- Circular BCB 2900	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
60.00-1	RENDAS DE CORRETAGENS DE OPERAÇÕES EM BOLSAS	Registrar as rendas de serviços prestados na intermediação de operações em bolsas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
70.00-8	RENDAS DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	Registrar as rendas de serviços de custódia, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
80.00-5	RENDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS A LIGADAS	Registrar as rendas de serviços prestados a sociedades ligadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelas rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
90.00-2	RENDAS DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS	Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões auferidas no período, pela prestação de serviços de ordens de pagamento, ordens de crédito e outras transferências de fundos, que constituam renda efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelas rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.



Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
99.00-3	RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS	Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões auferidas pela instituição, pela prestação de serviços diversos, para cuja escrituração não exista conta adequada, que constituam receita efetiva no período. <sup>32</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.8.00.00-2 Rendas De Participações

<sup>32</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Fornecimento de Segundas Vias de Documentos e Avisos de Lançamentos, Fornecimento de Extratos e Talonários, Comissões de Operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – EGF, Saneamento do Meio Circulante, Agente Fiduciário, Emissão de Cheques-Salário, Sustação de Pagamento de Cheques, Emissão e Renovação de Cartões Magnéticos, Consulta em Terminais Eletrônicos, Aluguel de Cofres, Elaboração e Atualização de Ficha Cadastral, Pagamentos e Recebimentos por Conta de Terceiros,

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-9	RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	Registrar o aumento do valor dos investimentos em dependências no exterior decorrentes de lucros ou ganhos efetivos.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos lucros ou ganhos efetivos, no período. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
20.00-6	RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	Registrar o aumento do valor do investimento decorrente de lucros ou ganhos efetivos, inclusive decorrentes de incentivos fiscais, apurados em sociedades coligadas ou controladas. Os ganhos por variação na porcentagem de participação em coligadas e controladas não se registram nesta conta, por haver título próprio para eles.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor do acréscimo na conta de investimentos que corresponder proporcionalmente aos lucros ou ganhos efetivos do período da coligada ou controlada. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação: 7.1.9.00.00-5

Outras Receitas Operacionais

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
20.00-9	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	Registrar as recuperações de créditos compensados como prejuízo, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>33</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos créditos recuperados no período. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
25.00-4	RENDAS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO ADQUIRIDOS	Registrar as rendas de aquisições de direitos de crédito de exportação, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 2145 art. 1o	Creditada pelo valor das rendas auferidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração de resultado.

<sup>33</sup> O registro se faz nesta conta inclusive tendo como contrapartida BENS NÃO DE USO PRÓPRIO, TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL ou outra conta adequada.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
30.00-6	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	Registrar a recuperação de encargos e despesas, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>34</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos encargos e despesas recuperados, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
40.00-3	RENDAS DE APLICAÇÕES NO EXTERIOR	Registrar o valor das receitas provenientes de aplicações de saldos disponíveis e em títulos e valores mobiliários, efetuados no exterior.	Circular BCB 2106 Anexo I; Carta-Circular BCB 2541 16 III.	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.

<sup>34</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Ressarcimentos de despesas de telefone, Ressarcimentos de despesas de telex, Ressarcimentos de despesas de portes e telegramas, Recuperação de despesas de depósito, Recuperação de Multas da Compensação

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
45.00-8	RENDAS DE APLICAÇÕES NO EXTERIOR – TAXAS FLUTUANTES	Registrar as rendas do estabeleciment o pela aplicação de saldos disponíveis, em moedas estrangeiras, no exterior, que constituam receita efetiva no período.	Circular BCB 2106 Anexo	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.
47.00-6	RENDAS DE APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAÍS – TAXAS FLUTUANTES	Registrar as rendas do estabeleciment o pela aplicação de saldos disponíveis em moedas estrangeiras, no País, em bancos autorizados a operar em câmbio, que constituam receita efetiva no período.	Circular BCB 2106 Anexo I	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião dos balanços, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
50.00-0	RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	Registrar as rendas de créditos por avais e fianças honrados, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
55.00-5	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO CRÉDITO RURAL	Registrar as receitas de créditos vinculados ao crédito rural.	Carta- Circular BCB 2490 1,3	Creditada pelo valor das rendas. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
60.00-7	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO BANCO CENTRAL	Registrar as rendas de depósitos em moedas estrangeiras, bem como de outros depósitos ou recolhimentos efetuados no Banco Central, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>35</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
65.00-2	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO SFH	Registrar as receitas de créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas da espécie, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>35</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Depósitos em Moedas Estrangeiras, Recolhimentos de Recursos do Crédito Rural, Outros Créditos Vinculados.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
70.00-4	RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS	Registrar as rendas de garantias prestadas que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>36</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
75.00-9	RENDAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	Registrar as rendas do desdobramento do subgrupo Operações Especiais que não tenham conta própria e que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
80.00-1	RENDAS DE REPASSES INTERFINANCEIROS	Registrar as rendas de repasses interfinanceiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>36</sup> As comissões registradas nesta conta, quando recebidas antecipadamente, devem ser transferidas para RENDAS ANTECIPADAS e apropriadas "pro rata temporis".



Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
85.00-6	RENDAS DE CRÉDITOS ESPECÍFICOS	Registrar as rendas do desdobramento do subgrupo Créditos Específicos que não tenham conta própria e que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
90.00-8	REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS	Registrar as reversões de provisões constituídas em exercícios ou semestres anteriores. <sup>37</sup>	Circular BCB 1273; <sup>38</sup>	Creditada pelo valor das reversões. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>37</sup> Este título não é adequado para registrar as reversões de provisões constituídas para atender a apropriação mensal de despesas, cujos acertos se fazem por estorno da despesa correspondente ou complemento da provisão, se for o caso. O subtítulo Desvalorização de Créditos Vinculados deve ser utilizado para registrar a reversão da provisão para desvalorização das aplicações ou créditos de caráter obrigatório. SUBTÍTULOS: 7.1.9.90.05-3 Perdas Em Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros, 7.1.9.90.10-1 Desvalorização De Títulos Livres, 7.1.9.90.12-5 Desvalorização De Créditos Vinculados, 7.1.9.90.15-6 Desvalorização De Títulos Vinculados A Operações Compromissadas, 7.1.9.90.20-4 Desvalorização De Títulos Vinculados À Negociação E Intermediação De Valores, 7.1.9.90.30-7 Operações De Crédito De Liquidação Duvidosa, 7.1.9.90.35-2 Repasses Interfinanceiros, 7.1.9.90.40-0 Créditos De Arrendamento De Liquidação Duvidosa, 7.1.9.90.50-3 Perdas Na Venda De Valor Residual, 7.1.9.90.60-6 Outros Créditos De Liquidação Duvidosa, 7.1.9.90.70-9 Perdas Em Participações Societárias, 7.1.9.90.80-2

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
99.00-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	Registrar as rendas operacionais, para cuja escrituração não exista conta específica, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>39</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

SUB-GRUPO: 7.3 Receitas Não Operacionais

Classificação 7.3.1.00.00-9 Lucros Em Transações Com Valores E Bens

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-6	LUCROS NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	Registrar os lucros na alienação de investimentos, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos lucros apurados, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, na apuração do resultado.

Perdas Em Dependências No Exterior, 7.1.9.90.90-5 Perdas Em Sociedades Coligadas E Controladas, 7.1.9.90.95-0 Imposto De Renda e 7.1.9.90.99-8 Outras

<sup>38</sup> Carta-Circular BCB nº 2380 art. 3º; Carta- Circular BCB nº 2437 1 XI a; Carta- Circular BCB nº 2541 1 III.

<sup>39</sup> A instituição deve manter controle analítico para identificar as rendas da espécie, segundo a sua natureza.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
30.00-0	LUCROS NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Registrar os lucros apurados na alienação de participações societárias, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>40</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos lucros apurados, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
50.00-4	LUCROS NA ALIENAÇÃO DE VALORES E BENS	Registrar os lucros na alienação de bens móveis, imóveis e outros valores que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>41</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos lucros auferidos, recebidos ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

Classificação 7.3.9.00.00-3

Outras Receitas Não Operacionais

<sup>40</sup> Os lucros apurados na alienação de Títulos de Renda Fixa e Títulos de Renda Variável registram-se como receita operacional, respectivamente, nas contas RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA e RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL.

<sup>41</sup> Os lucros apurados na alienação de Títulos de Renda Fixa e Títulos de Renda Variável registram-se como receita operacional, respectivamente, nas contas RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA e RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-0	GANHOS DE CAPITAL	Registrar o aumento do valor de investimentos decorrentes de ganhos efetivos por variação da porcentagem de participação em coligadas e controladas, e os ganhos de capital decorrentes de insubsistências passivas e superveniências ativas, que constituam receita efetiva da instituição, no período. <sup>42</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor dos ganhos apurados. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
20.00-7	RENDAS DE ALUGUÉIS	Registrar as rendas decorrentes de aluguéis de bens imóveis de propriedade da instituição, que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

<sup>42</sup> Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno: Aumento do Valor de Investimentos em Coligadas e Controladas, Insubsistências Passivas, Superveniências Ativas, Outros Ganhos de Capital, No subtítulo Aumento do Valor de Investimentos em Coligadas e Controladas, registram-se os ganhos por variação de porcentagem de participação no capital social de coligadas e controladas. Nos subtítulos Insubsistências Passivas e Superveniências Ativas, escrituram-se os ganhos em decorrência de eventos que independem de atos de gestão.

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
90.00-6	REVERSÃO DE PROVISÕES NÃO OPERACIONAIS	Registrar as reversões de provisões não operacionais, constituídas em exercícios ou semestres anteriores. <sup>43</sup>	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das reversões. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.
99.00-7	OUTRAS RENDAS NÃO OPERACIONAIS	Registrar as receitas não operacionais, para cuja escrituração não exista conta adequada e que constituam receita efetiva da instituição, no período.	Circular BCB 1273	Creditada pelo valor das rendas auferidas, recebidas ou não. Debitada por ocasião do balanço, para apuração do resultado.

#### Classificação 7.9 Apuração de Resultado

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-0	APURAÇÃO DE RESULTADO	Registrar, no dia do balanço, a apuração do resultado financeiro no período balanceado.	Circular 1273; 2571 8º.	Debitada: <sup>44</sup> Creditada:

<sup>43</sup> Esta conta não é adequada para registrar as reversões de provisões constituídas para atender a apropriação mensal de despesas, cujos acertos se fazem por estornos da despesa correspondente ou complemento da provisão, se for o caso. SUBTÍTULOS: 7.3.9.90.10-9 Desvalorização de Outros Valores e Bens, 7.3.9.90.20-2 Perdas em Investimentos por Incentivos Fiscais, 7.3.9.90.30-5 Perdas em Títulos Patrimoniais, 7.3.9.90.40-8 Perdas em Ações e Cotas, 7.3.9.90.90-3 Perdas em Outros Investimentos, 7.3.9.90.99-6 Outras

<sup>44</sup> a) pelo valor das despesas, perdas e prejuízos; b) pelo saldo devedor de correção monetária; c) pela transferência do saldo credor final que apresentar para LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS, representando o lucro líquido do período.

SUB GRUPO: 8.0.0.00.00-6 Contas De Resultado Devedoras

Classificação 8.8.1.00.00-1 Rateio De Resultados Internos

Nº	TÍTULO	FUNÇÃO	NORMA	FUNCIONAMENTO
10.00-8	RATEIO DE RESULTADOS INTERNOS	Registrar, em caráter facultativo, as despesas e receitas que as dependências da instituição ratearem entre si. <sup>45</sup> .	Circular 1273	<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Não é permitido registrar, nos saldos globais da instituição, em balancetes, inclusive nos de junho e dezembro, qualquer diferença entre os saldos devedores e credores desta conta, uma vez que as pendências devem ser previamente regularizadas.

<sup>46</sup> a) No caso de despesas: Na dependência responsável pelas despesas: Debitada pelo valor das despesas. Creditada por eventuais estornos, de conformidade com as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade e com o previsto no art. 2º do Decreto-lei nº 486/69 (art. 269 do RIR/99) e por ocasião do balanço, para apuração de resultado. Na dependência que processar o rateio das despesas: Creditada pelo valor correspondente ao rateio das despesas. Debitada por eventuais estornos, de conformidade com as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade e com o previsto no art. 2º do Decreto-lei n.º 486/69 (art. 269 do RIR/99) e por ocasião do balanço, para apuração de resultado. b) No caso de receitas: Na dependência beneficiária das receitas: Creditada pelo valor das receitas pertencentes à dependência. Debitada por eventuais estornos, de conformidade com as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade e com o previsto no art. 2º do Decreto-lei n.º 486/69 (art. 269 do RIR/99) e por ocasião do balanço, para apuração de resultado. Na dependência que processar o rateio das receitas: Debitada pelo valor correspondente ao rateio das receitas. Creditada por eventuais estornos, de conformidade com as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade e com o previsto no art. 2º do Decreto-lei nº 486/69 (art. 269 do RIR/99) e por ocasião do balanço, para apuração de resultado.

## ANEXO C - LEGISLAÇÃO E ALTERAÇÕES DO COSIF<sup>47</sup>

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CIRCULAR 2894	27/05/1999	Estabelece procedimentos para o cálculo do limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata a Resolução n. 2.606/99.
CARTA-CIRCULAR 2853	27/05/1999	Cria desdobramento de subgrupo e título no COSIF para registro de títulos adquiridos nos termos das Resoluções n. ° 2.440/97 e 2.483/98, e Circular n. 2.781/97.
CARTA-CIRCULAR 2856	04/06/1999	Estabelece procedimentos para ajuste contábil da posição de câmbio, decorrentes da edição da Resolução 2.588/99.
CIRCULAR 2901	24/06/1999	Diferimento de Gastos - Revoga as Circulares. nº 1.444/89, 2.634/95, e 2.707/96.
CARTA-CIRCULAR 2860	07/07/1999	Cria títulos no COSIF para efeito de registro de participações indiretas, no País, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.
CARTA-CIRCULAR 2859	07/07/1999	Cria subtítulos contábeis no COSIF.
CARTA-CIRCULAR 2864	22/07/1999	Altera denominação de títulos no COSIF e esclarece acerca do procedimento para o registro contábil do crédito tributário.
CARTA-CIRCULAR 2867	17/08/1999	Cria subtítulo no COSIF e esclarece acerca da negociação e contabilização de operações de compra ou recompra de títulos de renda fixa de emissão ou aceite próprio.
CARTA-CIRCULAR 2870	30/08/1999	Cria e elimina título e subtítulos para o registro de adiantamentos ao FGC e operações de câmbio.

<sup>47</sup> Fonte: Banco Central do Brasil <<http://www.bacen.gov.br>> Acesso em abril/2003.

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CIRCULAR 2946	27/10/1999	Altera prazos para remessa de demonstrações financeiras.
CARTA-CIRCULAR 2878	27/10/1999	Cria, altera e elimina títulos e subtítulos no COSIF.
CIRCULAR 2951	11/11/1999	Conceitua intermediação de SWAP e estabelece procedimentos para o registro contábil.
CARTA-CIRCULAR 2879	12/11/1999	Inclui título contábil para informação na transação PESP500 do SISBACEN.
COMUNICADO 7056	18/11/1999	Informa a liberação do acesso a transação PCOS210 do Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN.
COMUNICADO 7167	22/12/1999	Divulga procedimentos para fornecimento de documentos previstos no Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
CIRCULAR 2957	30/12/1999	Dispõe sobre a prestação de informações relativas a operações de crédito praticadas no mercado financeiro.
CARTA-CIRCULAR 2891	03/01/2000	Cria títulos no COSIF para efeito de registro dos valores correspondentes ao capital realizado e patrimônio líquido mínimos fixados para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de que participem instituições da espécie, bem como elimina títulos daquele Plano Contábil.
CIRCULAR 2964	03/02/2000	Estabelece a obrigatoriedade da elaboração, remessa e publicação de demonstrações financeiras por sociedades de crédito ao micro empreendedor.



INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CIRCULAR 2965	08/02/2000	Institui e disciplina a concessão de Redesconto do Bacen, em redesconto e de compra, com compromisso de revenda, de títulos, de créditos e de direitos creditórios integrantes do ativo de instituições financeiras.
RESOLUÇÃO 2692	24/02/2000	Estabelece critério para apuração do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações registradas nos demonstrativos contábeis a variação das taxas de juros praticadas no mercado, para as instituições referidas no Regulamento Anexo IV a Resolução n.º 2.099, de 1994.
CARTA-CIRCULAR 2898	29/02/2000	Cria no COSIF atributo para as sociedades de crédito ao microempreendedor.
CARTA-CIRCULAR 2899	01/03/2000	Altera, no COSIF, procedimentos para registro das operações de crédito e constituição de provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa.
CARTA-CIRCULAR 2900	02/03/2000	Cria, altera e elimina, no COSIF, desdobramento de subgrupo, títulos e subtítulos contábeis para registro das operações de Redesconto do Banco Central e esclarece procedimentos acerca dessas operações.
CARTA-CIRCULAR 2903	23/03/2000	Altera o documento n.º 15 - Estatística Econômico-Financeira do COSIF e esclarece acerca de seu preenchimento.

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CIRCULAR 2972	23/03/2000	Estabelece critérios e condições para a apuração da parcela do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição das operações denominadas em Real e remuneradas com base em taxas prefixadas de juros a variação das taxas praticadas no mercado, de que trata a Resolução n.º 2.692, de 2000.
CARTA-CIRCULAR 2904	24/03/2000	Cria no COSIF títulos e subtítulos destinados ao registro dos valores relativos a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.
CIRCULAR 2974	24/03/2000	Estabelece procedimentos relativamente a ajustes na provisão para operações de crédito, para operações contratadas até 31 de dezembro de 1999.
CARTA-CIRCULAR 29 07	29/03/2000	Altera função de título e cria subtítulos contábeis no COSIF.
CARTA-CIRCULAR 2909	26/04/2000	Esclarece acerca dos procedimentos a serem observados para a remessa mensal de informações relativas a clientes, no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito.
COMUNICADO 7552	18/05/2000	Divulga novo procedimento para envio de documentos previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), via Internet.
CARTA-CIRCULAR 2918	15/06/2000	Divulga a estrutura do Consolidado Econômico-Financeiro - CONEF.
CIRCULAR 2984	15/06/2000	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa do documento Consolidado Econômico-Financeiro - CONEF.

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CARTA-CIRCULAR 2921	21/06/2000	Cria desdobramentos de subgrupo, títulos e subtítulos, elimina subtítulos e altera função de títulos no COSIF.
CARTA-CIRCULAR 2920	21/06/2000	Altera subtítulos no COSIF destinados ao registro de créditos baixados como prejuízo e despesas de provisões operacionais.
CIRCULAR 2987	23/06/2000	Redefine as regras do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos e de garantias realizadas.
CIRCULAR 2986	23/06/2000	Redefine as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.
CARTA-CIRCULAR 2925	24/06/2000	Cria no COSIF títulos e subtítulos destinados ao registro dos valores relativos a créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.
CARTA-CIRCULAR 2922	27/06/2000	Cria e mantém títulos e subtítulos contábeis no COSIF.
CARTA-CIRCULAR 2928	28/06/2000	Inclui títulos e subtítulos contábeis no Consolidado Econômico-Financeiro - CONEF.
CIRCULAR 2994	20/07/2000	Dispõe sobre a remessa de informações sobre depósitos a prazo (CDB/RDB).
CARTA-CIRCULAR 2931	18/08/2000	Elimina título no COSIF destinado ao registro de depósitos judiciais.
CIRCULAR 3002	24/08/2000	Redefine regras para efeito do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista.
CARTA-CIRCULAR 2937	21/09/2000	Altera função de conta no COSIF.
CIRCULAR 3008	28/09/2000	Isenta do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista os recebimentos de contribuições previdenciárias federais.

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CARTA-CIRCULAR 2939	29/09/2000	Cria títulos e subtítulos para o registro de valores relativos a créditos de responsabilidade ou garantia integral e solidária do Tesouro Nacional.
CARTA-CIRCULAR 2938	29/09/2000	Cria subtítulos no COSIF para o registro de ativos representados por Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI.
CARTA-CIRCULAR 2941	04/10/2000	Altera função de títulos no COSIF.
CIRCULAR N. 3017	06/12/2000	Altera e consolida procedimentos contábeis a serem observados nos processos de incorporação, fusão e cisão.
CIRCULAR 3020	22/12/2000	Estabelece critério de apropriação contábil de receitas e despesas decorrentes de operações ativas e passivas.
CARTA-CIRCULAR 2949	27/12/2000	Cria títulos contábeis no COSIF e inclui título no CONEF.
COMUNICADO 8134	11/01/2001	Informa acerca da divulgação dos documentos previstos no COSIF, por meio do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN e da página do Banco Central do Brasil na Internet.
CARTA-CIRCULAR 2951	12/01/2001	Esclarece acerca da contabilização de fiança bancária amparada pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.
CARTA-CIRCULAR 2953	24/01/2001	Cria e altera títulos, subtítulos e desdobramentos de subgrupo no COSIF e no CONEF para registro de instrumentos híbridos de capital e dívida, de dívidas subordinadas e de ações preferenciais resgatáveis.
CARTA-CIRCULAR 2954	01/02/2001	Altera função de conta no COSIF.
CARTA-CIRCULAR 2960	11/04/2001	Cria, altera e exclui títulos/subtítulos do COSIF e estabelece ajuste no CONEF.

INSTRUMENTO	DATA	CONTEÚDO
CIRCULAR 3031	10/05/2001	Altera fator de ponderação de risco constante da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV a Resolução no. 2.099, de 1994, alterada pela Circular no. 2.568, de 1995, e alterações posteriores.
CIRCULAR 3035	11/05/2001	Dispõe sobre remessa de demonstrações financeiras.
CARTA-CIRCULAR 2962	23/05/2001	Cria títulos no COSIF para o registro dos valores de ativos de responsabilidade ou garantia de outras instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e altera o CONEF.
CIRCULAR 3046	12/07/2001	Estabelece procedimentos para a elaboração e a remessa de informações necessárias ao acompanhamento e ao controle da exposição das operações denominadas em Real e remuneradas com base em taxas de juros prefixadas de que trata a Circular n. 2.972, de 2000.
CIRCULAR 3049	19/07/2001	Dispõe sobre os fundos de investimento financeiro e os fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.
CIRCULAR 3.051	02/08/2001	Dispõe sobre remessa de demonstrações financeiras - inclui o Comunicado 8727.
CARTA-CIRCULAR 2.971	16/08/2001	Altera denominação e função de título contábil no COSIF para registro de depósitos de ações de consignação em pagamentos extrajudiciais.
CARTA-CIRCULAR 2.975	14/09/2001	Cria títulos no COSIF e altera o CONEF.
CIRCULAR 3.062	21/09/2001	Altera alíquota e consolida as regras para o recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.